

CARTA ANUAL DE  
**Políticas Públicas  
E Governança  
Corporativa**  
2026

Ano-base 2025



UNIFICADA PARA A  
**PETROBRAS** E AS  
**PARTICIPAÇÕES DO  
CONGLOMERADO  
PETROBRAS** QUE  
FORMALMENTE  
ADERIRAM AO  
DOCUMENTO POR  
APROVAÇÃO DE  
SUAS AUTORIDADES  
COMPETENTES

**BR** **PETROBRAS**

O BRASIL É A NOSSA ENERGIA

**GOVERNO DO  
BRASIL**

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

# Sumário

<b>1. QUEM SOMOS</b> .....	<b>3</b>
<b>2. CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>7</b>
2.1. Entregas de Valor Público .....	11
2.2. Declaração de Recursos .....	30
2.3. Aderência aos ODS e iniciativas ASG .....	33
<b>3. GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....	<b>51</b>
3.1. Informações Societárias e de Governança Corporativa da Petrobras .....	53
3.2. Informações Societárias e de Governança Corporativa das Participações do Conglomerado Petrobras .....	61
3.2.1. Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA .....	61
3.2.2. Baixada Santista Energia S.A. – BSE .....	63
3.2.3. Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO .....	64
3.2.4. Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. – PBEN-P .....	66
3.2.5. Termobahia S.A. – TERMOBAHIA .....	68
3.2.6. Termomacaé S.A. – TERMOMACAÉ .....	70
3.2.7. Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG .....	72
3.3. Dados Econômico-Financeiros da Petrobras .....	76
3.4. Fatores de Riscos e Controles Internos da Petrobras .....	83
3.5. Remuneração da Administração da Petrobras .....	87
3.6. Inovações em Governança Corporativa da Petrobras .....	92
<b>4. PLANO DE SAÚDE</b> .....	<b>95</b>
<b>5. SUBSCRIÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>97</b>
ANEXO 1 .....	98
ANEXO 2 .....	108

# QUEM Somos



*Somos a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista supervisionada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Fomos criados pela **Lei nº 2.004/1953**, posteriormente revogada pela **Lei nº 9.478/1997**, e atuamos principalmente nos segmentos de exploração e produção, refino, geração e comercialização de energia. Possuímos ampla experiência em exploração e produção offshore, desenvolvida ao longo de mais de cinco décadas de operações em ambientes de águas profundas e ultraprofundas nas principais bacias do Brasil, reconhecidas internacionalmente pelos avanços tecnológicos nesse segmento.*

Temos o compromisso de ser a melhor empresa de energia em termos de diversificação, integração e geração de valor, conciliando o foco em óleo e gás com negócios de baixo carbono. Nesse contexto, adotamos estratégias específicas para os segmentos em que atuamos, com investimentos na descarbonização de nossas operações, na geração de energia renovável e em combustíveis sustentáveis. Também ampliamos nossas pesquisas em tecnologias de baixo carbono.

Buscamos contribuir para a construção de um mundo mais sustentável, com base nos princípios de segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas. Isso inclui a implementação de políticas e ações voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão nos países em que operamos, bem como à saúde, ao bem-estar e à segurança física e psicológica de nossos empregados.

É nossa prioridade operar com baixos custos e com baixa emissão de carbono, o que contribui para nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável para uma justa transição energética no Brasil,

em alinhamento com nossa Política de Responsabilidade Social. Também temos a ambição de neutralizar as emissões (escopos 1 e 2) nas atividades sob nosso controle operacional até 2050.

Temos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no Sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas atuando nas principais bacias marítimas brasileiras.

A importância de nossa atuação é reforçada pela **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, que impõe ao Estado o dever de garantir a segurança energética, por meio do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, bem como a soberania nacional e o desenvolvimento econômico.



O interesse coletivo que justificou nossa criação como empresa estatal está ligado à garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, com impactos sobre a soberania energética e o desenvolvimento econômico do Brasil. Desde sua fundação, há mais de 70 anos, a Petrobras desempenha um papel relevante na segurança energética do país, além de contribuir para a geração de empregos, a atração de investimentos e o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Fomos criados em resposta à estratégia governamental de autonomia energética e ao compromisso de desenvolvimento da infraestrutura industrial brasileira. Ao longo de nossa trajetória, expandimos e diversificamos nossa atuação, consolidando-nos como uma das principais empresas do setor de energia no mundo.

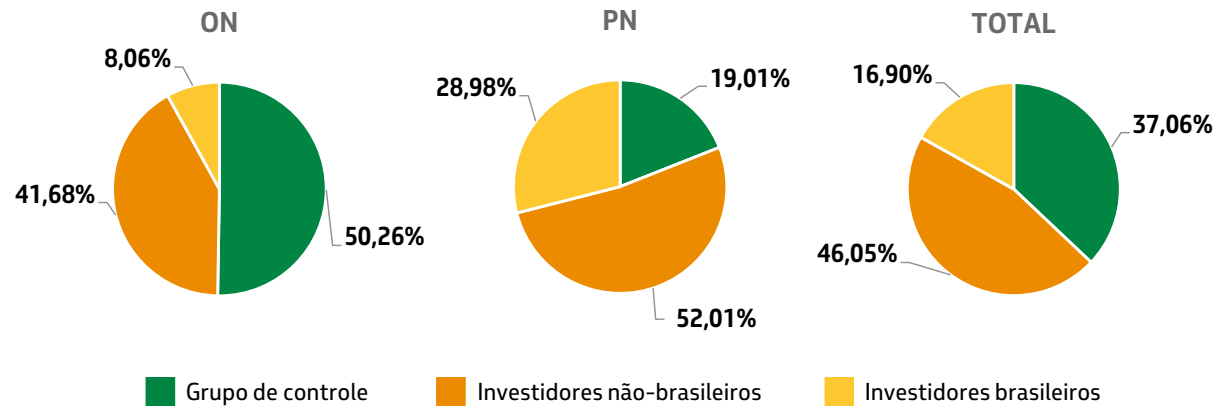
Em 2025, nossa receita representou aproximadamente 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, refletindo nossa relevância para a economia nacional.

Nossas ações são negociadas na bolsa de valores B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

A Petrobras é controlada pela União, que detém diretamente 50,26% das ações ordinárias e 29,02% do nosso capital social total. A União detém, ainda, participação indireta de 19,01% das nossas ações preferenciais e 8,03% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de 31 de janeiro de 2026:

### COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL



Conforme previsto na **Lei nº 9.478/1997**, alterada pela **Lei nº 14.993/2024**, que define a Política Energética Nacional, temos como objeto social a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo as atividades relacionadas à movimentação e à estocagem de dióxido de carbono, à transição energética e à economia de baixo carbono, e quaisquer outras atividades correlatas ou afins, restando a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, associada ou não a outras empresas, para o cumprimento do referido objeto.

Neste sentido, atualmente participamos, direta e indiretamente de 62 sociedades, no Brasil e no exterior, junto com as quais compomos o chamado Sistema Petrobras. Maior detalhamento sobre as participações societárias do Sistema Petrobras pode ser verificado no **Anexo 1**.

Dessas 62 sociedades, 10 são sociedades sediadas no Brasil cuja maioria das ações com direito a voto pertence direta ou indiretamente à Petrobras e, portanto, na forma do art. 2º, inciso V do **Decreto nº 8.945/2016**, compõem o chamado Conglomerado Petrobras.

## CONGLOMERADO PETROBRAS

***Sociedades, sediadas no Brasil, nas quais a Petrobras detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.***

No capítulo 3.2 desta Carta Anual, detalharemos as informações de governança das seguintes sociedades, que formalmente optaram por consolidar suas informações na Carta Anual da controladora, conforme autorizado pela **Portaria SEST/MGI nº 9.734**, de 26 de dezembro de 2024:

- » **Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA;**
- » **Baixada Santista Energia S.A. – BSE;**
- » **Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO;**
- » **Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. – PBEN-P;**
- » **Termobahia S.A. – TERMOBAHIA;**
- » **Termomacaé S.A. – TERMOMACAÉ; e**
- » **Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.**

As demais sociedades do Conglomerado Petrobras (a saber: Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. – PB-LOG e Transpetro Bel 09 S.A. – TRANSBEL) elaborarão e divulgarão suas próprias Cartas Anuais.

# CONTRIBUIÇÕES PARA Políticas Públicas

*Conforme já mencionado, nosso objeto social está previsto expressamente na Política Energética Nacional ([Lei nº 9.478/1997](#)), o que, por si só, demonstra o alinhamento das atividades desenvolvidas pela companhia com as políticas públicas vigentes.*

Em nosso Plano de Negócios (PN 2026-30), mantemos as estratégias definidas no Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e reafirmamos nossa visão de sermos a melhor empresa de energia diversificada e integrada em geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando nosso foco em petróleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (incluindo petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

Neste sentido, nossa visão estratégica encontra-se alinhada a diversas políticas públicas da agenda do MME, como por exemplo, o Abastecimento Nacional de Combustíveis ([Lei nº 9.478/1997](#)), o Programa Gás para Empregar ([Decreto nº 12.153/2024](#)), o Programa Potencializa E&P ([Portaria GM/MME nº 804/2024](#)), o Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN ([Lei nº 15.103/2025](#)), o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 ([Decreto nº 10.991/2022](#)), a Política Nacional de Transição Energética - PNTE ([Resolução CNPE nº 5, de 26 de agosto de 2024](#)), o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono ([Lei nº 14.990/2024](#)), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB ([Lei nº 11.097/2005](#) e [Lei nº 13.033/2014](#)), o Novo PAC ([Decreto nº 11.623/2023](#)) e a Lei do Combustível do Futuro ([Lei nº 14.993/2024](#)).



Nossa atuação está pautada na harmonia entre os objetivos empresariais da Petrobras e as políticas públicas do setor energético. Para tanto, destaca-se como importante ferramenta o **Catálogo de Políticas Públicas**, lançado e periodicamente atualizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual consolida e prioriza as políticas setoriais aplicáveis às empresas vinculadas ao Ministério.

O Catálogo serve como referência normativa para o alinhamento das ações empresariais às diretrizes de Estado, conferindo **transparência, previsibilidade e coerência** à atuação do Estado como acionista controlador, fortalecendo o papel do MME como órgão supervisor e coordenador das políticas públicas setoriais, ao passo que **preserva a autonomia administrativa, operacional e financeira** das empresas estatais.

Este modelo, formalizado pela **Portaria nº 781/GM/MME/2024**, reforça o compromisso com uma governança pública moderna, orientada por resultados e alinhada ao interesse público.

### A SEGUIR, NOSSA VISÃO, PROPÓSITO E VALORES:

#### Visão

Ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na **geração de valor**, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o **foco em óleo e gás** com a diversificação em **negócios de baixo carbono** (inclusive produtos petroquímicos, fertilizantes e biocombustíveis), **sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente** e atenção total às **pessoas**.

#### Propósito

Prover energia que assegure **prosperidade** de forma **ética, justa, segura** e **competitiva**.

#### Valores



Cuidado com as pessoas



Integridade



Sustentabilidade



Inovação



Comprometimento com a Petrobras e com o país

## ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

Nossas estratégias de negócios, descritas a seguir, visam promover uma contribuição significativa para um futuro próspero e sustentável. Para sua implementação, contamos com uma governança que respeita todos os processos decisórios e de avaliação de projetos, assegurando a sustentabilidade e a rentabilidade, com mais transparência.



### **Exploração e Produção**



- Maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de petróleo e gás inclusive com a exploração de novas fronteiras, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.



### **Refino, Transporte e Comercialização**



- Atuar de forma competitiva e segura, maximizar a captura de valor pela adequação e aprimoramento do nosso parque industrial e da logística, buscar a autossuficiência em derivados, com integração vertical, processos mais eficientes, aprimoramento de produtos existentes e desenvolvimento de novos produtos em direção a um mercado de baixo carbono.



### **Gás e Energia de Baixo Carbono**



- Atuar de forma competitiva e integrada na operação e comercialização de gás e energia, otimizando o portfólio e atuando na inserção de fontes renováveis.
- Atuar em negócios de baixo carbono, diversificando o portfólio de forma rentável e promovendo a perenização da Petrobras.



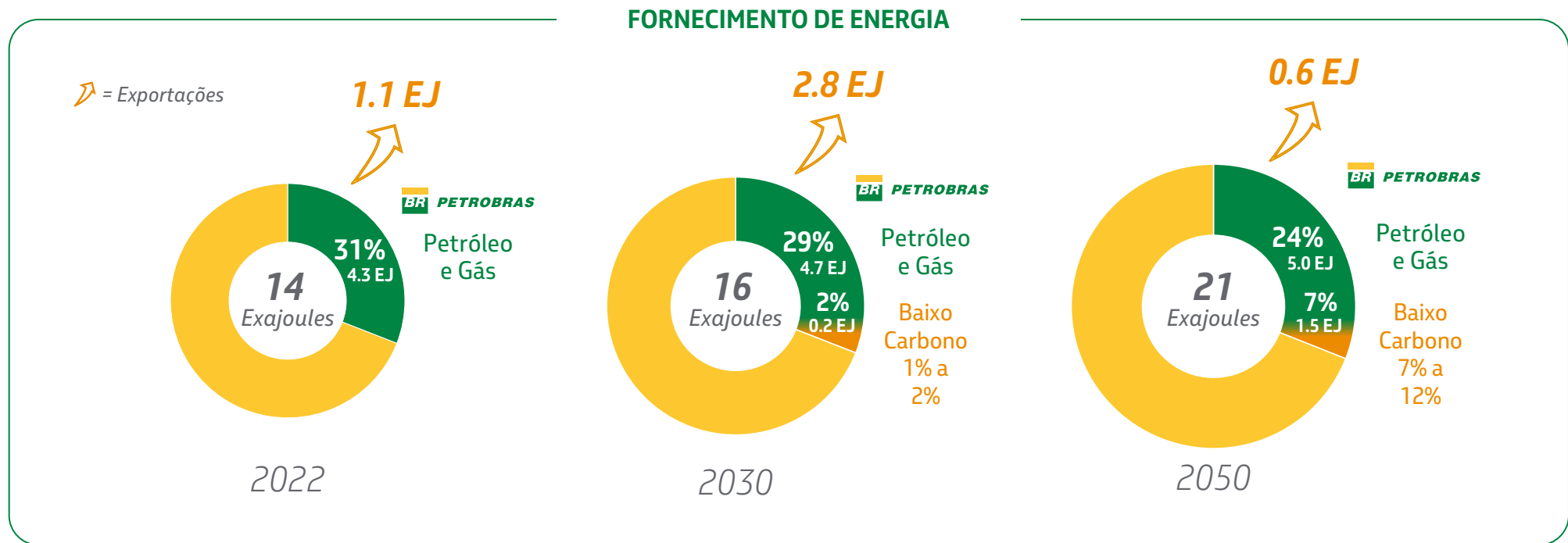
### **Sustentabilidade**



- Atuar nos nossos negócios de forma íntegra e sustentável com segurança, buscando emissões decrescentes, promovendo a diversidade e o desenvolvimento social, contribuindo para uma transição energética justa.
- Inovar para gerar valor para o negócio, suportando a excelência operacional e viabilizando soluções em novas energias e descarbonização

Dispomos de uma vantagem comparativa significativa, caracterizada por uma produção de petróleo com baixos custos e uma intensidade de carbono inferior à média mundial. Essas condições nos permitem equilibrar nossa liderança na transição energética justa com a exploração responsável de óleo e gás no país.

Dessa forma, nosso planejamento reflete a ambição de preservar nossa relevância no fornecimento de energia e no desenvolvimento econômico do Brasil. Indicamos um potencial aumento na oferta de energia, passando de 4,3 exajoules (EJ) em 2022 para 6,5 EJ em 2050, mantendo nossa participação de 31% na oferta primária de energia do país, enquanto ampliamos a contribuição das fontes renováveis nesse contexto. Além disso, reafirmamos a ambição de neutralizar nossas emissões operacionais até 2050.



**Notas:**

- Em 2030 a carteira total de projetos de Baixo Carbono da Petrobras representa 1% (0.2 EJ) da oferta de energia.

- Óleo e derivados todos no mercado interno em 2050, com redução gradual das exportações.

## 2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO

Somos uma sociedade de economia mista, constituída pela **Lei nº 2.004/1953**, posteriormente revogada pela **Lei nº 9.478/1997**, cuja maioria do capital votante pertence à União. De acordo com o artigo 173 da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, a atuação do Estado na exploração direta de atividade econômica, por meio de empresa estatal, somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da **Lei nº 6.404/1976**, nossas atividades poderão ser orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, na forma do disposto no §3º do artigo 3º do nosso **Estatuto Social**, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da **Lei nº 9.478/1997**, ou seja, o de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

As participações societárias que compõem o Conglomerado Petrobras atuam de forma **complementar** ao objeto social da Petrobras, **colaborando para execução de objetivos e metas associados à consecução de políticas públicas associadas à garantia de segurança energética nacional**, reforçando a capacidade do Sistema Petrobras de atender, com eficiência e alinhamento ao interesse público que justificou sua criação.

A atuação da Petrobras orientada à execução de políticas públicas e à consecução do interesse público que justificou sua criação deve ser compatível com o seu objeto social e, geralmente, com as condições de mercado, não podendo, em qualquer hipótese, colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia. Nesse sentido, a rentabilidade é uma das principais premissas para a priorização de nossos investimentos, sendo necessário que os projetos sejam viáveis, tanto do ponto de vista técnico, quanto do econômico.

Caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, na forma do artigo 8º, §2º, da **Lei nº 13.303/2016**, as obrigações ou responsabilidades assumidas por nós deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil. Ainda, de acordo com o art. 3º do nosso **Estatuto Social**, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Neste sentido, descrevemos a seguir as obrigações em condições diversas de mercado assumidas antes da **Lei nº 13.303/2016** e da reforma do nosso **Estatuto Social** que inseriu as previsões relativas ao interesse público:

## Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)

O programa do governo federal, vinculado ao MME, instituído por meio do **Decreto s/nº de 18 de julho de 1991** e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2025, foi realizada a seguinte atividade pertinente ao Conpet:

- » **Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis. Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades**

**não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.**

Em 2019, iniciamos tratativas junto ao MME para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo Ministério. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao MME, que respondeu, em 22/04/2022, que as interações entre equipes as técnicas do MME e PETROBRAS para informações detalhadas do processo, funcionamento de aplicativos e sítio eletrônico foram suficientes para a transmissão do conhecimento. O MME deu ciência no interesse da total transferência das responsabilidades, e informou que daria início a uma Análise de Impacto Regulatório (procedimento, a partir da definição de um problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de interesse geral, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão). Para o exercício social em curso, está previsto o atendimento às convocações de Participações Técnicas pelo Inmetro para o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

Não houve valores aplicados ao Conpet pela Petrobras em 2025.

## Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)

Em 24/02/2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído, mediante o **Decreto nº 3.371/2000**, o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), o qual visava a implantação de usinas termelétricas no país.

Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a **Portaria nº 43/2000**, que assegura às usinas integrantes desse programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31/12/2004, o direito de fazer jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial, com o preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

Nossa atuação no PPT foi pautada no cumprimento dos contratos de suprimentos de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do programa. O último contrato vigente no âmbito do programa encerrou-se em 08/12/2024. Em 2025, devido à variação cambial, houve o ajuste referente aos últimos meses de 2024, o que gerou um impacto negativo no resultado de R\$ 1,5 milhões.

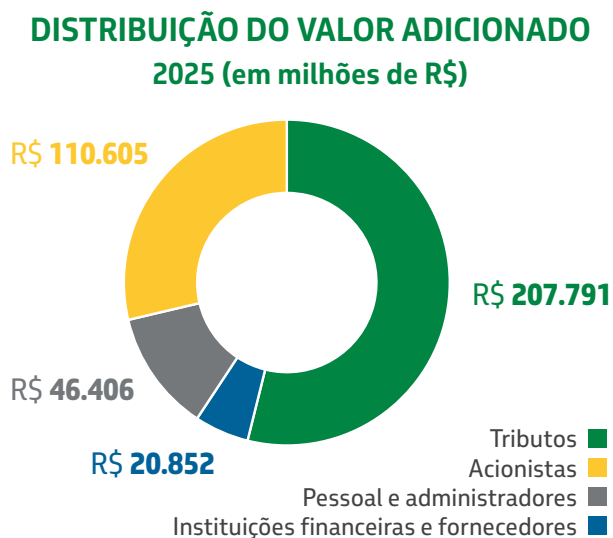
As informações sobre o interesse público que justificou a criação da Petrobras estão também descritas no Formulário de Referência, disponível em nosso **site de Investidores**.

Para além do interesse público que justificou a criação da Petrobras, existem as políticas públicas que, conforme **Portaria SEST/MGI nº 9.734/2024**, devem ser entendidas como *"A ação do governo no sentido amplo, a partir de propostas elaboradas, levando em conta uma concepção estratégica e institucionalizada acerca de como enfrentar determinado problema público. Tal elaboração tem o Estado como ator central e seu objetivo é atender às necessidades da população ou aproveitar oportunidades para a promoção do desenvolvimento, em diferentes escalas - local, regional, nacional ou até mesmo internacional"*.

*Quando falamos em políticas públicas, portanto, devemos entender como todas as ações estratégicas criadas pelo Estado para resolver determinado problema público em escala local, regional ou nacional.*

Ao atuar na execução de seu objeto social, de forma alinhada à agenda prioritária de políticas públicas do setor de energia, a Petrobras promove segurança energética, proteção ambiental e bem-estar social, mantendo-se lucrativa e sustentável, de forma alinhada ao seu valor de “Comprometimento com a Petrobras e com o país”.

Assim, a entrega de valor público da Petrobras vai além dos expressivos pagamentos de tributos, da distribuição de dividendos aos acionistas, do pagamento de salários e de outros componentes, conforme demonstra o gráfico a seguir, que traduz a riqueza gerada pela companhia em 2025.



No ano de 2025, recolhemos R\$ 277,6 bilhões na forma de tributos e participações governamentais, conforme divulgado em nosso **Relatório Fiscal 2025**, disponível em nosso **site de Investidores**. Esses recursos são fundamentais para financiar obras públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais, o que impacta positivamente a sociedade como um todo.

*Pagamos, em média, R\$ 1,1 bilhão por dia útil em tributos e participações governamentais no Brasil em 2025, contribuindo, assim com cerca de 7% da arrecadação total brasileira.*

*Nos últimos cinco anos, pagamos mais de R\$ 1,3 trilhão em tributos e participações governamentais no Brasil.*

Informações adicionais acerca da demonstração do valor adicionado podem ser encontradas em nossas demonstrações financeiras de 2025, disponíveis em nosso **site de Investidores**.

A Petrobras tem trabalhado para contribuir para a criação de empregos, a geração de renda e o fortalecimento do mercado interno, além de ser um importante agente de inovação, promovendo a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.

A Petrobras tem desempenhado um papel importante no apoio e na implementação de políticas públicas e pode contribuir ainda mais para o aperfeiçoamento de políticas, legislações e regulações que impulsionem o Brasil na sua jornada para a transição energética justa.

Nossas ações para a descarbonização e transição energética contribuem para que o Brasil avance nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (especialmente os ODS 7, 8, 9, 10, 12 e 13).

Conforme o Plano de Negócios 2026-2030, prevemos para os próximos 5 anos a ampliação do parque industrial, com monetização do petróleo nacional e a maior oferta de produtos de baixo carbono, especialmente etanol, biodiesel e biometano, além de SAF, Bunker e Diesel com conteúdo renovável (Diesel R5). Nossos investimentos têm o benefício de contribuir para o fornecimento e acesso à energia, um importante vetor de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, e têm o potencial de gerar e sustentar 311 mil empregos diretos e indiretos.

Essa estratégia de ampliação do parque industrial e de diversificação da oferta de produtos de baixo carbono evidencia a convergência entre as decisões de investimento da companhia e as diretrizes das políticas públicas voltadas à segurança energética e à transição energética. Ao expandir a oferta de combustíveis renováveis e de menor intensidade de carbono, a Petrobras contribui para o fortalecimento do abastecimento nacional e para a progressiva transformação da matriz energética brasileira, alinhando suas iniciativas empresariais às prioridades setoriais de descarbonização e desenvolvimento sustentável.

LEGENDAS:

 = Política Pública Prioritária, conforme Catálogo do MME

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):



**Erradicação da pobreza**



**Fome zero e agricultura sustentável**



**Saúde e bem-estar**



**Educação de qualidade**



**Igualdade de gênero**



**Água potável e saneamento**



**Energia limpa e acessível**



**Trabalho decente e crescimento econômico**



**Indústria, inovação e infraestrutura**



**Redução das desigualdades**



**Cidades e comunidades sustentáveis**



**Consumo e produção responsáveis**



**Ação contra a mudança global do clima**



**Vida na água**



**Vida terrestre**



**Paz, justiça e instituições eficazes**



**Parcerias e meios de implementação**

## Exemplos de contribuições para políticas públicas

### Abastecimento Nacional de Combustíveis



No ano de 2025, a Petrobras manteve-se como agente central no abastecimento nacional de combustíveis, em estreita consonância com os objetivos da Política Energética Nacional previstos no art. 1º, inciso V, da **Lei nº 9.478/1997**, atendendo ao interesse público que justificou sua criação.

Em 2025, a Petrobras atingiu uma produção de 2,40 milhões de barris de óleo por dia (bpd), ultrapassando em 0,5 p.p o limite superior da meta (+4%) estabelecida em seu Plano de Negócios 2025-2029. Esse

resultado representa um crescimento de 11% em relação à produção de 2024.

A produção total de óleo e gás natural superou em 2,8 p.p. o limite superior da meta (+4%), alcançando 2,99 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), representando um aumento de 11% em relação à produção de 2024. A produção comercial de óleo e gás natural alcançou 2,62 milhões de boed, superando em 0,9 p.p. o limite superior da meta (+4%) projetada.

Essa trajetória projetada de ampliação da oferta energética, combinada com a progressiva incorporação de fontes renováveis e com a ambição de neutralização das emissões operacionais, evidencia a convergência entre o planejamento estratégico da companhia, o interesse público que fundamenta sua atuação e as políticas públicas prioritárias do setor energético. Ao buscar simultaneamente ampliar a oferta de energia, preservar a segurança energética nacional, fomentar o desenvolvimento econômico e reduzir a intensidade de carbono de suas operações, a Petrobras orienta seu planeja-

mento de longo prazo em consonância com as diretrizes da Política Energética Nacional e com as políticas de transição energética e descarbonização vigentes no país.

Maiores detalhes acerca da atividade produtiva da Petrobras alinhada à referida política podem ser obtidos por meio do Relatório de Produção e Vendas, disponível em nosso **site de Investidores**.

Complementarmente, podemos destacar também a contribuição da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) ao sistema energético nacional, que, ao viabilizar a integração entre áreas produtoras e regiões consumidoras de gás natural, fortalece a disponibilidade dessa fonte energética fundamental — inclusive como insumo para refinarias e unidades termelétricas que sustentam a rede logística e energética do país —, em linha com as diretrizes da política pública de promoção da eficiência e competitividade setorial estabelecidas pela **Lei nº 9.478/1997** e pela **Lei nº 14.134/2021** (Lei do Gás).

Por meio da operação de 2.593 km de gasodutos, 51 pontos de saída, sendo três deles nas interconexões com outros gasodutos, e 15 estações de compressão, a TBG garante o suprimento contínuo e confiável de gás natural, pautando suas operações pela sustentabilidade, observando a modicidade tarifária e os aspectos regulatórios.

Em 2025, a TBG manteve desempenho operacional de excelência, registrando zero falhas na entrega de gás ao longo de todo o período. As operações diárias seguiram rigorosos padrões de segurança, resultando em zero acidentes registráveis e zero incidentes com impacto ambiental. Destaca-se, ainda, a redução de emissões na Estação de Compressão de Miranda (MS), onde, como parte do Projeto de Retrofit, foi iniciada a operação de uma turbina com motor de partida elétrico, eliminando a emissão de metano durante o acionamento dos turbocompressores. Por fim, a companhia teve participação de destaque no Encontro Técnico de Medição de Vazão de Gás Natural 2025, reafirmando seu compromisso com a precisão metrológica e a excelência operacional no setor.

### Programa Gás para Empregar



Um acordo firmado entre a Petrobras e a Prio em 2025 assegurou à Prio o acesso ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural da Bacia de Campos (SIE-BC) e à Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCAB) localizada em Macaé-RJ. A medida reflete as diretrizes do Programa Gás para Empregar, instituído pelo **Decreto nº 12.153/2024** e que busca ampliar a oferta de gás natural, otimizar o uso das infraestruturas existentes e fomentar o desenvolvimento econômico e social.

O contrato firmado permitirá que a empresa utilize a rede de gasodutos de escoamento e a unidade de processamento de gás natural, da produção dos campos de Frade e Albacora Leste, ambos situados na Bacia de Campos, possibilitando maior concorrência no setor e maior eficiência na produção do gás natural nacional.

Adicionalmente, destaca-se a atuação da TBG, que contribui diretamente para a estabilidade econômica e o desenvolvimento do país ao garantir acesso a um insumo energético chave para a indústria, geração de energia termelétrica, refinarias e demais consumidores do mercado cativo das companhias distribuidoras estaduais atendidas pelo seu gasoduto, reforçando o aumento da oferta de gás no mercado doméstico, em linha com um dos pilares da Política Prioritária de Gás para Empregar.



## Programa de Incentivo e Revitalização das Atividades de E&P de Petróleo e Gás Natural - Potencializa E&P



Seguimos focados em geração de valor, guiados por uma estratégia robusta e sustentável que prioriza a excelência operacional, a segurança e o compromisso com o futuro da companhia e do país.

Nosso planejamento prioriza o crescimento seguro da produção, a longevidade dos ativos e a integridade operacional. Buscamos repor reservas, explorando novas fronteiras e contribuindo para ampliar a oferta de gás natural. Investiremos na descarbonização

do portfólio, em tecnologias limpas, com otimização de custos e disciplina de capital, visando eficiência e resultados sustentáveis alinhados à nossa estratégia.

Esses objetivos refletem o compromisso da Petrobras com a geração de valor para seus acionistas, empregados e para a sociedade, consolidando nossa posição como protagonista na indústria de energia e referência em responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, destacamos que tais objetivos estão plenamente alinhados ao Programa Potencializa E&P, instituído pela **Portaria GM/MME nº 804/2024**, que visa estimular a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural de forma sustentável, fortalecendo o setor de E&P no Brasil e assegurando sua continuidade no longo prazo.

Além de incentivar a exploração e a produção de petróleo e gás natural, inclusive em novas áreas de fronteira exploratória, o programa visa: (i) fomentar a exploração em novas fronteiras, ampliando o potencial nacional de reservas; (ii) aumentar a produção e a vida útil de campos maduros e de eco-

nomicidade marginal, por meio da elevação dos fatores de recuperação; (iii) estimular o desenvolvimento de acumulações marítimas de economicidade marginal mediante soluções integradas, como *tie-backs*; e (iv) promover maior sinergia entre a oferta de áreas para exploração e o licenciamento ambiental, com o objetivo de atrair investimentos com segurança jurídica e ambiental.

Essas diretrizes são operacionalizadas por meio de cinco fóruns, que atuam nas seguintes frentes:

- » **Desenvolvimento Sustentável das atividades de E&P; Busca sinergia entre as questões ambientais e a oferta de blocos exploratórios.**
- » **Fomento ao Desenvolvimento de Campos de Economicidade Marginal; Visa aumentar o fator de recuperação dos campos atualmente em exploração.**
- » **Aprimoramentos no Sistema de Oferta de Áreas para E&P; Procura desburocratizar, simplificar e tornar o processo mais eficaz e transparente.**

- » Incentivos à Expansão da Cadeia de Fornecimento de Bens e Serviços Nacionais; foco no desenvolvimento local e inovação tecnológica.
- » Desenvolvimento dos Recursos de Petróleo e Gás Natural em Reservatórios Não Convencionais; Busca ampliar as possibilidades de exploração e produção no país.

O programa Potencializa E&P, do MME, enfatiza a importância de aumentar a eficiência e a sustentabilidade das operações, promovendo investimentos em tecnologia e inovação, e nosso Plano de Negócios atua em linha com essa visão, buscando garantir a resiliência econômica e ambiental da companhia, preparando-nos para cenários de preços baixos do petróleo no longo prazo e contribuindo para a descarbonização de nossas atividades.

De forma a contribuir com o Programa, em 2025, encaminhamos ao MME sugestões que, na visão da companhia, poderão contribuir para o alcance dos seus objetivos e atrair investimentos para o setor de petróleo e gás.

### Política de Conteúdo Local no Setor de Petróleo e Gás Natural



O compromisso com o Brasil é um dos Valores Petrobras. Reconhecemos que o fornecimento de bens e serviços pela indústria nacional desempenha papel essencial na geração de valor para a companhia, trazendo benefícios como redução de custos logísticos, maior segurança no abastecimento e proteção contra instabilidades geopolíticas. Para o país, nossas atividades impulsionam a criação de empregos e o desenvolvimento de competências técnicas e tecnológicas no setor, contribuindo para um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

Em suas operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, a Petrobras assegura e promove o cumprimento da cláusula de conteúdo local prevista nos contratos de E&P, garantindo que parte significativa dos bens e serviços utilizados nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção no Brasil seja de origem nacional.



Todas as 8 Unidades Estacionárias de Produção (UEP) previstas para entrar em operação até 2030 incluem requisitos de conteúdo local, o que deve resultar na fabricação de aproximadamente 250 mil toneladas de módulos em estaleiros brasileiros. Além disso, o mercado fornecedor terá uma demanda expressiva nos próximos anos, envolvendo a contratação de 10 UEPs e 40 embarcações de apoio para renovação da frota de suporte às atividades de E&P, bem como aquisição e processamento de

dados geofísicos e diversos materiais e equipamentos para construção de poços e sistemas de coleta da produção. A participação da indústria nacional será essencial para garantir o sucesso das atividades da Petrobras.

Nesse contexto, a política de conteúdo local, enquanto instrumento de política pública industrial no setor de petróleo e gás, transcende a dimensão contratual e assume caráter estruturante para o desenvolvimento produtivo nacional. Ao mobilizar fornecedores brasileiros na construção de unidades de produção, embarcações, equipamentos submarinos e serviços especializados, a Petrobras contribui para o fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas, para a internalização de capacidades tecnológicas e para a geração de efeitos multiplicadores na economia. Tal dinâmica favorece a consolidação de competências industriais de alta complexidade, amplia a resiliência da base produtiva nacional e reforça a competitividade do país no setor energético.

### Política Nacional de Transição Energética



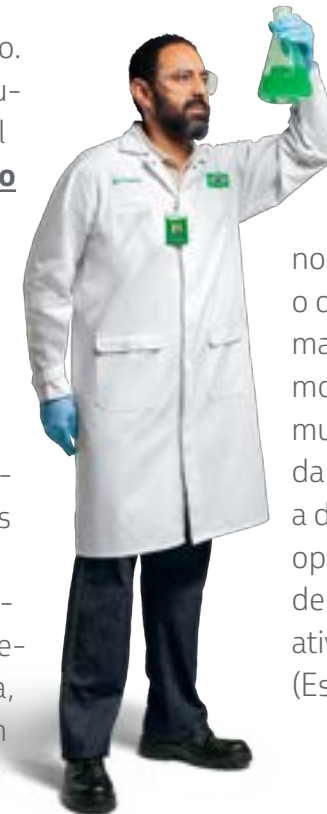
Nosso Plano Estratégico 2050 apresenta a trajetória que iremos percorrer como empresa brasileira líder na transição energética justa, reduzindo nossas emissões, mantendo nossa participação na oferta de energia no Brasil e promovendo o papel crescente das energias renováveis em nosso portfólio. Em aderência à Lei do Combustível do Futuro (**Lei nº 14.993/2024**), à Política Nacional de Transição Energética – PNTE (**Resolução CNPE nº 5/2024**), à Política de Promoção da Descarbonização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (**Resolução CNPE nº 08/2024**), ao Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN (**Lei nº 15.103/2025**) e ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) (**Lei nº 15.042/2024**), estamos mobilizando nossos recursos e a nossa capacidade técnica, bem como nosso ecossistema de inovação e parcerias com empresas, universidades e institutos de pesquisa, para desenvolver soluções que contribuam

para que a Petrobras e a sociedade brasileira possam trilhar esse caminho.

Temos desempenhado um papel importante no apoio e na implementação de políticas públicas relacionadas à transição energética no Brasil, buscando alinhar nossas estratégias e investimentos aos objetivos globais de redução das emissões de gases de efeito estufa e de promoção de fontes de energia

mais limpas e renováveis. Entre os anos de 2015 e 2025, reduzimos em 36% as emissões de CO<sub>2</sub> e em 62% as emissões diretas de metano em

nossas operações e ampliamos o desenvolvimento de produtos mais sustentáveis. Reconhecemos a urgência da mitigação da mudança climática e sabemos da importância de intensificar a descarbonização das nossas operações. Temos a ambição de neutralizar as emissões nas atividades sob nosso controle (Escopos 1 e 2) até 2050.



Da mesma forma, as nossas controladas PBIO, PBEN-P e TBG contribuem para as políticas públicas prioritárias PATEN e PNTE, ou estão em fase de prospecção de parcerias para entrada em projetos/ negócios, ao incentivar a substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável, promovendo o desenvolvimento e a adoção de tecnologias limpas. Por meio de representantes diretos ou técnicos nas entidades externas às quais somos associados, asseguramos nossa participação em fóruns relevantes, contribuindo para discussões sobre políticas e regulamentações que promovam o crescimento sustentável da indústria de petróleo e energia. Da mesma forma, promovemos a articulação com o poder público, em âmbito federal, estadual e municipal, com o objetivo de defender e buscar ativamente os interesses da companhia em temas-chave. Adicionalmente, identificamos oportunidades de colaboração com representantes de governos estrangeiros e organismos multilaterais no Brasil e no exterior, também visando ao fortalecimento do cumprimento do nosso planejamento estratégico.

### Política Nacional sobre Mudança do Clima e Plano Clima



O Plano Clima, lançado pelo Governo Federal, orienta e alimenta uma série de políticas públicas voltadas para a transformação da oferta e da demanda energética, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (**Lei nº 12.187/2009**) e a Política Nacional de Transição Energética (**Resolução CNPE nº 5/2024**).

A Petrobras está presente no processo participativo de elaboração das diretrizes do Plano, visando especialmente a redução de emissões e o desenvolvimento de uma matriz energética mais limpa, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de crescimento econômico inclusivo e sustentável e de soluções para resiliência climática.

O Plano de Transição Ecológica (PTE), agora denominado Novo Brasil, gerido pelo Ministério da Fazenda, é intrinsecamente integrado ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com o PTE fornecendo parte da infraestrutura de execução e investimento necessária. O PTE possui instrumentos de financiamento, incluindo recursos públicos do Fundo Clima gerido pelo BNDES, emissão de títulos verdes e programas para atração de investimentos privados. Parte das medidas do PTE ainda depende de regulamentação, por exemplo o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).



## Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) e Plano Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB)



A Petrobras Biocombustíveis S.A. (PBIO), subsidiária integral da Petrobras, tem, desde 2020, suas usinas certificadas no Programa Renovabio, instituído pela **Lei nº 13.576/2017** e gerou 200,092 créditos de descarbonização (CBIOS) em 2025. Atualmente, a usina de Candeias-BA possui nota de eficiência energético-ambiental de 77,33 gCO<sub>2</sub>eq./MJ e um volume elegível de 16,69%. Já a usina de biodiesel de Montes Claros possui nota de eficiência energético-ambiental de 76,64 gCO<sub>2</sub>eq./MJ e volume elegível de 49,76%.

A PBIO atua no setor de biocombustíveis, em atendimento aos mandatos estabelecidos no PNPB, conforme a **Lei nº 11.097/2005**. Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias-BA, a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros-MG, por sua vez, em 06 de abril de 2009. Ainda contamos com a Usina de Produção de Biodiesel em Quixadá, hibernada desde 2016. As usinas em operação têm capacidade total de produção de 501 milhões de litros de biodiesel por ano. A PBIO produz biodiesel, combustível

renovável, contribuindo diretamente com a política nacional de descarbonização do setor de transportes, instituída pela **Lei nº 14.993/2024** (Lei do Combustível do Futuro).

Adicionalmente, cabe ressaltar que o biometano foi contemplado na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que reconhece e incentiva os biocombustíveis, porém, o desenvolvimento e a obrigatoriedade de metas específicas para o biometano estão sendo estruturados por meio do Programa de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, no âmbito da **Lei nº 14.993/2024** (Lei do Combustível do Futuro) que complementa e amplia a ação do RenovaBio no setor energético brasileiro. Neste contexto, desde 2024, a PBEN-P vem se estruturando para entrada em parcerias, negócios e projetos visando a produção e comercialização de biometano, já havendo acordos em negociação.

## Plano Nacional de Fertilizantes 2050



A Petrobras integra o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (CONFERT), órgão colegiado federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, responsável por aprovar e revisar periodicamente o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) e por estabelecer orientações para a sua implementação. O Plano tem o objetivo de reduzir a dependência externa do Brasil no setor, conferindo competitividade e sustentabilidade à produção brasileira.

Temos nos destacado na promoção de práticas sustentáveis e na inovação no setor de fertilizantes, refletindo nosso compromisso com o desenvolvimento agropecuário e com o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 (**Decreto nº 10.991/2022**).

Ao longo de 2025 foi dada sequência as ações previstas no Protocolo de Intenções

assinado em 2024 entre a Petrobras e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e no Termo de Cooperação assinado com a EMBRAPA. Os dois instrumentos têm como objetivo central de gerar oportunidades de negócio e atividades de pesquisa e desenvolvimento para o segmento de fertilizantes. Neste contexto, foram traçadas linhas de ação relacionadas a temas críticos identificados, tais como: a) Aumento da competitividade da cadeia de fertilizantes, via expansão e melhoria qualitativa da produção nacional; b) desenvolvimento de novos produtos e descarbonização da produção; e c) difusão do conhecimento para o conjunto dos produtores.

Uma dessas ações resultou na contribuição da Petrobras para a criação de um ambiente virtual de cooperação técnica - CEFENP Digital - que tem como objetivo ser o locus de troca e cooperação entre os diversos agentes do segmento de fertilizantes, no país. O CEFENP Digital é o primeiro estágio de implantação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas, o CEFENP, que busca promover uma governança público-privada eficiente e

integrada em Ciência, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade Ambiental, e reforça o compromisso com o desenvolvimento tecnológico no Brasil e com a disseminação de conhecimento que contribui para resolução dos desafios do setor.

Estas iniciativas se inserem em um conjunto mais amplo de ações que visam, não apenas diversificar a oferta interna de produtos sustentáveis, mas também aumentar a disponibilidade de fertilizantes no mercado nacional, alinhando-se às metas do Plano Nacional de Fertilizantes".



Adicionalmente, a Petrobras anunciou, em seu plano PN 2026-2030, um investimento de US\$ 1 bilhão no segmento de fertilizantes ao longo de cinco anos, com foco na retomada das operações de sua subsidiária integral Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), no reinício das obras para conclusão da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), em Três Lagoas (MS), e retomada das operações das Unidades de Nitrogenados da Bahia e Sergipe (FAFEN-BA e FAFEN-SE), respectivamente.

A FAFEN-Sergipe reiniciou sua produção em dezembro de 2025. Em janeiro de 2026, iniciaram-se as vendas comerciais, com os primeiros carregamentos de amônia e ureia fertilizante destinados a clientes localizados nos estados da Bahia, Goiás e São Paulo, marcando o retorno efetivo da unidade ao mercado nacional. No caso da FAFEN-Bahia, a volta às operações ocorreu no mês de janeiro de 2026, concluindo o processo de retomada plena da produção do ativo.

As vendas da amônia pela FAFEN-Bahia são dirigidas, principalmente, ao Polo

Petroquímico de Camaçari e a outros clientes na região. Já as vendas de ureia fertilizante, a granel ou em big bags, dirigem-se a clientes da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Há também comercialização de ureia para uso industrial e para produção de ARLA (Agente Redutor Líquido Automotivo).

A FAFEN Sergipe tem capacidade instalada para produzir até 1.250 toneladas por dia de amônia e 1.800 toneladas por dia de ureia. Já a unidade da Bahia, possui capacidade de 1.300 toneladas por dia de amônia, 1.300 toneladas por dia de ureia, além de 178 toneladas por dia de ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo), produto essencial para o controle de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em veículos a diesel, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

A retomada das FAFENs Bahia e Sergipe demandou investimentos iniciais da ordem de R\$ 76 milhões, com potencial de geração de mais de 5 mil empregos diretos e indiretos, impactando positivamente as economias regionais e fortalecendo a cadeia industrial associada ao setor de fertilizantes.

Consideradas em conjunto, as duas FAFENs, apresentam potencial para atender aproximadamente 12% da demanda nacional de ureia. Com a retomada das operações da ANSA, prevista ainda para início de 2026, e a conclusão da UFN-III, em 2029, a Petrobras deve conseguir atender cerca de 35% da demanda nacional de ureia

Este movimento, em seu conjunto, além de contribuir para o Plano Nacional de Fertilizantes 2050, impacta também o **Plano Nacional de Energia (PNE)** e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (**Lei nº 12.305/2010**) ao fortalecer a produção nacional de fertilizantes, a redução da dependência externa e a segurança alimentar no Brasil.

Entre as ações previstas estão a eficiência energética, gestão responsável de resíduos e promoção da economia circular. Tais iniciativas impulsionam o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a sustentabilidade, beneficiando a sociedade em seu conjunto.

## Programa Nacional do Hidrogênio



A **Lei nº 14.948/2024** estabeleceu o marco legal e regulatório para o hidrogênio de baixa emissão de carbono (H2BEC), enquanto a **Lei nº 14.990/2024** instituiu o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), destinando R\$ 18 bilhões em crédito fiscal para o desenvolvimento da produção de H2BEC no Brasil. Essas leis ainda aguardam regulamentação pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que atuará como órgão regulador do H2BEC.

No Plano Estratégico 2026-2030, a Petrobras planeja investir US\$ 13,4 bilhões em transição energética, dos quais US\$ 0,4 bilhão será destinado a projetos de H2BEC e seus derivados. O objetivo é descarbonizar suas atividades, fornecer produtos sustentáveis, aproveitar sinergias e estabelecer parcerias estratégicas. Adicionalmente, estão previstos investimentos em projetos-piloto de H2BEC, como Vale do Açú com

partida prevista para 2026, com o objetivo de testar a tecnologia e reduzir custos.

Ao longo de 2025, a Petrobras prosseguiu no desenvolvimento do projeto-piloto de hidrogênio renovável no Rio Grande do Norte, que se encontra em fase de construção. O projeto tem como objetivo adquirir conhecimento, avaliar oportunidades e contribuir para o desenvolvimento do mercado de hidrogênio renovável no Brasil. Com um orçamento total de R\$ 90 milhões, o projeto é realizado em cooperação com o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis

(Senai ISI-ER) e executado pela WEG, empresa brasileira de referência global em eletrificação. A planta de testes está prevista para entrar em operação em 2026.

Está em estudo uma outra planta piloto de hidrogênio renovável integrada a uma das nossas refinarias. O projeto tem como objetivo gerar o conhecimento técnico e de engenharia necessário para que um novo processo de geração de hidrogênio seja integrado aos processos existentes. Atualmente, a partida dessa planta está prevista para 2030.



## Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC



A Petrobras tem 28 projetos ativos e 25 concluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, instituído pelo **Decreto nº 11.623/2023**. Este programa representa um instrumento de gestão e priorização de políticas públicas, reunindo uma carteira de projetos destinados a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura. Por meio do PAC, investiremos mais de 300 bilhões de reais nos próximos quatro anos, contribuindo para diversas políticas públicas prioritárias. Dentre os investimentos, destacam-se sistemas de produção no pré-sal, revitalização de campos petrolíferos convencionais, como Marlim, Albacora e Roncador, a construção de novas plataformas e navios no Brasil e o aumento na capacidade de produção e qualidade do diesel S-10 produzido nas refinarias de Paulínia (Replan) e de São José dos Campos (Revap).

Dentro da área de Projetos Renováveis e descarbonização, pretendemos investir em implementação de plantas de BioQAV (querosene de aviação verde) para acelerar a visão de transição energética e alavancar segmentos em que o Brasil já é uma potência, como o biorrefino e a geração de energia a partir de fonte eólica *onshore* ou solar, além de desenvolver novos negócios como hidrogênio sustentável e captura e estocagem de carbono (CCUS).

Importante salientar que, dentro do novo Plano de Negócios 2026–2030, passamos de aproximadamente 6% da carteira total de projetos de baixo carbono em implantação para 28% em implantação, demonstrando o avanço da empresa na área de transição energética.

Somado a isso, na carteira do NovoPAC, continuaremos as obras do trem 2 da RNEST, iniciaremos as obras no Boaventura e adicionaremos mais capacidade às unidades existentes de refino e retornaremos à produção de fertilizantes no Nordeste, com Fafen/BA/SE.

A modernização da unidade HDT Revap permitirá ampliar em aproximadamente 80% a produção de diesel S-10 da refinaria, combustível de baixo teor de enxofre, fundamental para a redução de emissões e atendimento às demandas do mercado. No campo da geração renovável, já operamos a primeira usina fotovoltaica no refino, instalada na Regap, com 10 MW de capacidade. Até o final do ano, novas usinas entrarão em operação na Rnest e na Replan, elevando nossa capacidade total para 42 MW e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

E, finalmente, iniciaremos a construção de navios em estaleiros nacionais, proporcionando o desenvolvimento e retorno da indústria naval nacional.

## Política Nacional de Inovação



O programa Petrobras Conexões para a Inovação engloba iniciativas de inovação e tem como objetivo estabelecer parcerias e criar um ecossistema de inovação, envolvendo pesquisadores, estudantes, institutos, empresas e startups, tanto no Brasil quanto no exterior. Como resultado, atualmente temos uma rede com mais de 230 parceiros de inovação, mais de 10.000 pesquisadores colaborando interna e externamente, e mais de 950 parcerias em andamento.

O programa Conexões para a Inovação acelera o desenvolvimento tecnológico e reduz o tempo de absorção dessas inovações, fortalecendo nosso relacionamento com instituições e universidades parceiras, estando alinhado aos objetivos da Política Nacional de Inovação (**Decreto nº 10.534/2020**). Nosso investimento em pesquisa, inovação e tecnologia tem se concentrado cada vez mais no desenvolvimento de soluções am-

bientalmente eficientes e socialmente justas. Um exemplo é o início da operação do aerogerador desenvolvido por meio de um projeto de PD&I, em parceria com a WEG. Trata-se do maior aerogerador onshore das Américas, com 7 MW de potência. O projeto contribui para a redução dos custos por MW instalado, e atesta a capacidade da indústria nacional de desenvolver tecnologia.

A Petrobras entende que a tecnologia e o conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nossas metas de PD&I visam tanto à eficiência quanto à diversificação de negócios futuros, por meio da inovação, resultando em um portfólio de patentes cada vez mais robusto. O orçamento anunciado para PD&I no atual Plano de Negócios para os próximos cinco anos é de US\$ 4 bilhões em projetos. A companhia conta com um dos maiores centros de pesquisa da América Latina, o Cenpes, que interage com todo o ecossistema inovador do país. Ao longo da última década, a Petrobras investiu mais de R\$ 29 bilhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sendo a maior parte desse montante destinada a parcerias

com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Somente em 2025, foram investidos R\$ 4,8 bilhões em PD&I.

A obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural é regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por meio da **Resolução ANP nº 918/2023**, porém, os investimentos no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras não estão limitados ao cumprimento dessa obrigação. Os resultados desses investimentos em PD&I são refletidos em diversas premiações. Em 2025, a Petrobras foi a vencedora de 4 das seis categorias do Prêmio ANP de Inovação, além de ter sido classificada entre as 20 empresas mais inovadoras do Brasil pela MIT Technology Review. Também ficou em 1º lugar na categoria Petróleo e Gás, sendo eleita campeã da década, 6º no ranking geral da pesquisa Valor Inovação e 9º lugar geral no Ranking 100 Open Startups, que elege as empresas com maior relacionamento com startups.

## Planejamento Energético Nacional



A atuação da BSE, da Termobahia e da Termomacaé insere-se no contexto do planejamento energético nacional, coordenado pelo MME e executado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cujos estudos e planos, embora não configurem políticas públicas em sentido formal, orientam de maneira estruturante as decisões governamentais e setoriais relativas à expansão, à confiabilidade e à resiliência do sistema energético brasileiro.

Em especial, o **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)** e o **Plano Nacional de Energia (PNE)** destacam o papel estratégico da geração termelétrica como elemento de garantia da segurança do suprimento elétrico, sobretudo em cenários de maior variabilidade hidrológica e de crescente participação de fontes renováveis intermitentes. Nesse contexto, as usinas termelétricas Termobahia e Termomacaé contribuem para a estabilidade operacional do Sistema Interligado Nacional, assegurando capacidade de geração

firme, flexibilidade operacional e atendimento à demanda de energia elétrica e vapor.

A Termomacaé é uma usina termelétrica de grande porte localizada em Macaé, Rio de Janeiro, com capacidade instalada de 923 MW, onde opera com 20 turbogeradores modelo LM-6000 (GE)b, em ciclo aberto, com gás natural. A geração bruta total em 2025 foi de 530.859 MWh.

A Termobahia é uma usina de geração de energia elétrica de médio porte localizada em Mataripe - BA, com capacidade instalada de 185MW com o fornecimento de vapor de até 345 ton/h ao Cliente de vapor (Refinaria de Mataripe), operando em ciclo combinado com gás natural. A geração bruta total em 2025 foi de 66.196 MWh.

A operação desses ativos está alinhada aos direcionadores do Governo Federal voltados à **segurança energética**, à **modicidade tarifária** e à **confiabilidade do sistema elétrico**, conforme refletido nos cenários e diretrizes apresentados nos planos da EPE,

bem como na Política Energética Nacional (**Lei nº 9.478/1997**), a Lei do Gás (**Lei nº 14.134/2021**). Além disso, a utilização de gás natural como combustível dessas operações reforça o papel da fonte como vetor de transição, ao conciliar menor intensidade de emissões em comparação a outros combustíveis fósseis, mantendo a capacidade operacional.

Dessa forma, a atuação da BSE, da Termobahia e da Termomacaé demonstra aderência aos fundamentos técnicos e estratégicos que orientam a formulação das políticas governamentais para o setor elétrico, contribuindo para a segurança energética nacional.



A atuação das sociedades controladas e subsidiárias do Conglomerado Petrobras, como a PBIO, a ANSA, a TBG, a PBEN-P e as empresas de geração termelétrica, evidencia a convergência entre a organização empresarial do grupo e as políticas públicas setoriais. Ao operar de forma complementar, essas empresas ampliam a capacidade do Sistema Petrobras de contribuir para a segurança energética nacional e para a transição energética, fortalecendo a oferta de energia, diversificando fontes e promovendo soluções de menor intensidade de carbono, em alinhamento com as prioridades estratégicas do setor energético brasileiro.

Importante destacar que todas as atividades, incluindo as anteriormente mencionadas, estão alinhadas à nossa estratégia e ao nosso objeto social, sendo implementadas em condições de mercado e precedidas das análises técnicas e do devido processo decisório. Essas iniciativas não apenas impactam em políticas públicas e estão alinhadas aos nossos valores estratégicos, mas também são lucrativas e essenciais para garantir a eficiência operacional, a inovação e a sustentabilidade da companhia a longo prazo.



## 2.2. DECLARAÇÃO DE RECURSOS

A Petrobras é uma empresa estatal não dependente, na forma do **Decreto nº 12.500/2025**, ou seja, realiza todas as atividades necessárias para o seu funcionamento – bem como para os investimentos necessários às suas atividades – com recursos provenientes de seus resultados financeiros, conforme detalhado nas demonstrações financeiras de 2025, disponíveis em nosso **site de Investidores**.

O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, é o instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal. O PPA tem como objetivo alinhar a ação governamental de forma estratégica, estabelecer prioridades e promover o desenvolvimento sustentável, alinhando a atuação das empresas estatais e seus investimentos às prioridades estabelecidas nesse Plano.

Neste sentido, no Plano Plurianual vigente, conforme **Lei nº 14.802/2024**, os investimentos plurianuais do Sistema

Petrobras estão presentes em um programa finalístico: 3103 – Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, cujo público-alvo é a União, Estados e Municípios, Empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural, Agentes da cadeia de abastecimento de combustíveis e outros derivados, Consumidores de gás, derivados de petróleo e biocombustíveis.

O objetivo geral do referido programa finalístico é “Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliada a uma maior ênfase na transição energética”.

O referido objetivo reflete o objetivo estratégico do Governo Federal de “Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética”.

São objetivos específicos do Programa, acompanhados pelo MME:

- » **Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo;**
- » **Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional, e;**
- » **Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.**

As ações orçamentárias da Petrobras encontram-se discriminadas em nosso **Portal da Transparência** e estão alinhadas à estratégia e ao objeto social da companhia, sendo implementadas em condições de mercado e precedidas das análises técnicas e do devido processo decisório.

Enquanto o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento do país ao longo de um período de quatro anos, orientando a alocação de recursos e a execução de políticas públicas em diversas áreas,

o Orçamento de Investimentos (OI) desempenha um papel crucial no monitoramento e na avaliação da implementação dessas ações, assegurando que os investimentos previstos sejam realizados de acordo com as prioridades estabelecidas e em alinhamento às estratégias vigentes.

Neste sentido, a **Lei nº 15.346/2026** (Lei Orçamentária Anual - LOA), de 14 de janeiro de 2026, traz a previsão de investimentos, pela Petrobras, para o ano de 2026, no montante de R\$ 170.378.950.000,00, divididos entre os seguintes programas:

- » **0035 Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais - R\$ 3.275.240.000,00**
- » **3101 Energia Elétrica - R\$ 2.214.372.000,00**
- » **3103 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis - R\$ 164.889.338.000,00**

Dentre os principais projetos e atividades, podemos destacar:

- » **Implantação de Infraestrutura Marítima Complementar de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Santos - Na Região Sudeste – R\$ 55.698.564.000;**
- » **Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural – R\$ 43.424.058.000;**
- » **Infraestrutura Operacional e Suporte para o Segmento de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – R\$ 12.049.369.000, e;**
- » **Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Sergipe - Alagoas – R\$ 6.524.988.000.**

Destacamos, ainda, os seguintes investimentos referentes às Sociedades do Conglomerado Petrobras, previstos na **Lei nº 15.346/2026 (LOA)**:

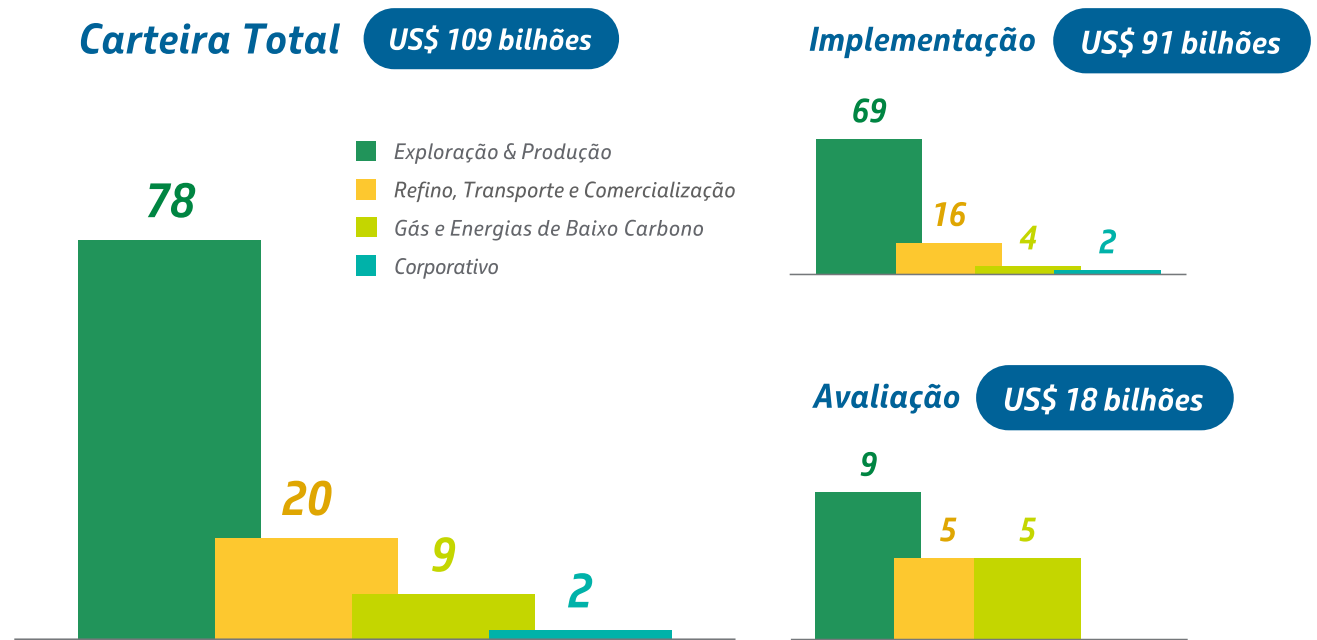
- » **Expansão do Sistema de Transporte do Trecho Sul do Gasoduto Bolívia-Brasil, a ser coordenado pela TBG - R\$ 15.121.000;**
- » **Implantação de Infraestrutura Operacional para Distribuição de Gás Natural, a ser coordenado pela PBEN-P – R\$ 7.838.000,00;**
- » **Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional das Usinas de Biodiesel e Manutenção e Recuperação de Sistemas de Pastilhamento de Enxofre, a ser coordenado pela P BIO – R\$ 134.768.000;**
- » **Manutenção da Infraestrutura Operacional da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Araucária, a ser coordenado pela ANSA – R\$ 36.000.000,00;**

Os investimentos mencionados anteriormente no Orçamento de Investimentos (OI) estão integrados no Plano de Negócios 2026-2030, aprovado por nosso Conselho de Administração em 27/11/2025. O Plano de Negócios engloba a proposta de portfólio integrado do Sistema Petrobras em uma visão de longo prazo, sendo também desdobrado às participações do Conglomerado Petrobras para elaboração de suas peças de planejamento.

O Plano de Negócios 2026-2030 prevê investimentos de US\$ 109 bilhões, sendo US\$ 91 bilhões alocados na Carteira de Projetos em Implantação, enquanto US\$ 18 bilhões são destinados à Carteira de Projetos em Avaliação, que abrange oportunidades com menor grau de maturidade. Os projetos da Carteira em Avaliação devem passar por uma governança adicional para assegurar sua viabilidade financeira, garantindo que a alocação orçamentária para sua execução não comprometa a financiabilidade da companhia.

O investimento total previsto para os próximos cinco anos está dividido da seguinte forma:

### DETALHAMENTO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTO (CAPEX) (US\$ bilhão)



Nota: Projeções sujeitas à variação de +/- 5%.

O Plano de Negócios 2026-2030 encontra-se detalhado em nosso [site de Investidores](#).

## 2.3. ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS ASG

A Petrobras é uma companhia comprometida com sua função social, que considera, em seu planejamento estratégico, programas e projetos, a responsabilidade social, o respeito e a promoção dos direitos humanos, a atenção total às pessoas e a efetiva gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais como elementos fundamentais em todo ciclo de vida dos negócios e produtos.

Em nosso Plano Estratégico 2050, reforçamos o posicionamento da companhia em relação às temáticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), integrando esses elementos em uma visão coesa. A seguir, apresentamos os quatro posicionamentos que guiam nossas ações:

### NOSSO POSICIONAMENTO ASG



Nosso compromisso com a vida é um valor inegociável e nossa reconhecida cultura pela segurança é reforçada diariamente para fortalecer a segurança operacional e das pessoas. Portanto, continuamos a manter a ambição de alcançar zero fatalidade e zero vazamento em nosso plano.

Em relação ao posicionamento Reduzir a Pegada de Carbono, mantivemos as ambições Net Zero 2050 e Near Zero Methane 2030 e atualizamos a ambição de “Crescimento líquido neutro até 2030” para “Manter as emissões abaixo de 55 milhões tCO<sub>2</sub> e até 2030”<sup>2</sup> visando a adequar a ambição da Companhia a uma trajetória de crescimento das emissões operacionais diante do aumento de atividade, e ainda respeitando o patamar estabelecido pelo compromisso de “Redução das emissões absolutas” até 2030.

Para cada um desses posicionamentos, mantemos um conjunto de direcionadores relevantes que suportam e orientam nossas ações, projetos, programas e compromissos relacionados.

<sup>2</sup> Ambição considera disposição da companhia no uso de créditos de carbono. Ambição atualizada em relação ao PN 2025-29. Considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos.

## DIRECIONADORES ASG – PE 2050 E PN 2026-30

## REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

- Promover a **descarbonização intrínseca**, buscando a **neutralidade de emissões** operacionais até 2050, considerando a originação e a aquisição de **créditos de carbono** competitivos e de alta qualidade como **estratégia complementar**.
- Ampliar a oferta e o acesso à **energia e produtos de baixo carbono** em uma **transição custo-efetiva**, contribuindo para a redução da pobreza energética e para a redução da exposição do portfólio a emissões de GEE.
- Alavancar **ecossistemas de conhecimento e inovação** em soluções de baixo carbono.
- Colaborar com partes interessadas para acelerar oportunidades que ampliem a **inclusão e o desenvolvimento sustentável**.

## CUIDAR DAS PESSOAS

- Ser vetor de **desenvolvimento socioambiental**.
- Ser referência em **direitos humanos** e na promoção da **diversidade, equidade e inclusão**.
- Promover o **bem estar** e o cuidado integral com a **saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras**.
- Promover a **segurança das pessoas** através de práticas que incorporam os **fatores humanos**, com foco no aprendizado organizacional.

## PROTEGER O MEIO AMBIENTE

- Ser **“Positiva em Água”** nas áreas de criticidade hídrica onde atuamos, através da redução da captação de água doce e da melhoria da disponibilidade hídrica local, contribuindo para a **segurança hídrica**.
- Minimizar a geração e maximizar o reuso, reciclagem e recuperação de resíduos, promovendo práticas de **economia circular** e buscando a **destinação zero para aterros**.
- Promover ações de conservação, restauração e **ganhos em Biodiversidade** buscando **impacto líquido positivo** nas regiões em que atuamos.
- Aprimorar a **segurança de processo, a prontidão e a resposta às contingências** prevenindo e mitigando acidentes, vazamentos e impactos ambientais.

## ATUAR COM INTEGRIDADE

- Fortalecer nosso modelo de governança, por meio da **promoção da diversidade, equidade e inclusão**.
- Atuar com excelência em **ética, integridade e transparência**.
- Fomentar a adoção de **práticas ASG** junto aos nossos **públicos de interesse**.

Os compromissos relacionados a cada um dos quatro posicionamentos da Mandala ASG permanecem consolidados em uma lista única, alinhada ao conceito de ASG integrado:

### Compromissos ASG – PE 2050 e PN 2026-30

#### REDUZIR A PEGADA DE CARBONO



Atingimento do compromisso de reinjeção acumulada de CO<sub>2</sub> até 2025 e manutenção dos demais compromissos

- › Redução das emissões absolutas<sup>1</sup> operacionais totais em 30% até 2030 em relação a 2015
- › Zero queima de rotina em *flare* até 2030
- › Intensidade de GEE:
  - » E&P: atingir intensidade de portfólio de 15 kgCO<sub>2</sub>e/boe até 2030
  - » Refino: atingir intensidade de 30 kgCO<sub>2</sub>e/CWT até 2030
- › Redução da intensidade de emissões de metano no *upstream* atingindo 0,20 tCH<sub>4</sub>/mil tHC em 2030

<sup>1</sup> Este compromisso considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos e a disposição da Companhia no uso de créditos de carbono.

#### PROTEGER O MEIO AMBIENTE



- › Redução de 40%\* da nossa captação de água doce até 2030 (91 MM m<sup>3</sup>/ano)
- › Redução de 30%\* na geração de resíduos sólidos de processo até 2030 (195 mil ton/ano)
- › Destinação de 80% dos resíduos sólidos de processos para rotas de RRR\*\* até 2030
- › Alcançar ganhos de biodiversidade até 2030, com foco em florestas e oceanos:
  - » 100% das instalações Petrobras com planos de ação em biodiversidade até 2025 (**Concluído com sucesso em 2025**)
  - » Impacto líquido positivo em áreas vegetadas até 2030
  - » Aumento de 30% em conservação da biodiversidade até 2030

\* Ano referência: 2021: Segmentos de negócio que não compunham o portfólio da companhia em 2021 (Fertilizantes e BioQAv) não constam do escopo do compromisso.

\*\* Reuso, reciclagem e recuperação.

## Compromissos ASG – PE 2050 e PN 2026-30

## CUIDAR DAS PESSOAS



- › Proporcionar retorno à sociedade de no mínimo 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários\* (até 2030)
- › Estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de direitos humanos até 2030\*\*
- › Promover a Diversidade, a Equidade e a Inclusão:
  - › Mulheres na liderança: 26% em 2030
  - › Pessoas negras na liderança: 26% em 2030
- › Redução da intensidade de emissões de metano no segmento E&P até 2025, atingindo 0,25 t CH<sub>4</sub>/mil tHC e atingindo 0,20 t CH<sub>4</sub>/mil tHC em 2030

\* Por projeto, passível de mensuração (3 anos).

\*\* No Corporate Human Rights Benchmark (CHRB).

## ATUAR COM INTEGRIDADE



- › Promover a diversidade nas Indicações da Petrobras para nossas participações:
  - › Atingir, até 2026, o mínimo de 30% de mulheres em cargos de órgãos estatutários nas suas participações societárias
  - › Atingir, até 2028, o mínimo de 20% de pessoas autodeclaradas negras em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias
- › Assegurar, até 2030, o encerramento das apurações de violência sexual com prazo médio de 60 dias
- › 100% dos fornecedores relevantes treinados em integridade e/ou privacidade até 2030
- › Implementar *due diligence* de direitos humanos em 100% dos nossos fornecedores relevantes até 2030
- › Avaliar, em 100% das contratações nas categorias estratégicas, a ampliação de requisitos ASG, até 2028
- › Estabelecer que 70% dos fornecedores relevantes tenham seu inventário de emissões (GEE) publicado, até 2028

*Em nosso Plano de Negócios 2026–2030, temos o compromisso de proporcionar retorno à sociedade de, no mínimo, 150% do valor investido em projetos socioambientais voluntários até 2030.*

Alinhada a essa estratégia, a Petrobras realiza uma série de iniciativas relacionadas às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG) e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais podemos destacar como exemplos:

### Programa Petrobras Socioambiental



O Programa Petrobras Socioambiental estrutura os investimentos socioambientais da companhia e tem como propósito contribuir para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas executadas por organizações da sociedade civil parceiras que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade. Suas linhas de atuação são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florestas e Oceano, por meio das quais contribuímos, especialmente, para o alcance dos ODS 4, 8, 14 e 15, além de diversos outros objetivos, de acordo com a natureza de atuação das iniciativas.

Além dos projetos desenvolvidos pelo referido Programa, existem iniciativas estruturantes relacionadas às Soluções Baseadas na Natureza (SBN), visando à conservação, restauração e manejo de ecossistemas naturais, refletindo na prevenção de emissões ou redução de concentrações de gases de efeito estufa

na atmosfera. Tais iniciativas, como por exemplo, o Floresta Viva e o Restaura Amazônia – realizadas em parceria com o BNDES, proporcionam benefícios tanto para as pessoas quanto para a natureza, incluindo a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e da água, e o fortalecimento de comunidades resilientes por meio de impactos positivos em seus meios de subsistência.

Por meio do referido Programa Petrobras Socioambiental, das iniciativas Floresta Viva e Restaura Amazônia, realizamos, em 2025, o investimento socioambiental de R\$ 457 milhões (pela controladora no Brasil), dos quais R\$ 37,4 milhões em projetos que utilizam benefícios fiscais.

Ainda na linha de Soluções Baseadas na Natureza no Brasil, destaca-se a criação do Fundo Petrobras de Bioeconomia, um veículo inovador de impacto voltado a fomentar negócios de bioeconomia, priorizando iniciativas de conservação da biodiversidade, extrativismo sustentável, restauração produtiva e modelos econômicos inclusivos, sobretudo

em áreas críticas para o clima e a biodiversidade, tendo sido investidos em 2025 cerca de R\$ 112 milhões para financiamento desses projetos, sendo R\$ 50 milhões pela Petrobras.

Dentre as diretrizes do investimento socioambiental, está a atuação em sinergia com políticas públicas, de modo que as iniciativas apoiadas contribuam para resultados significativos, gerando benefícios que fortalecem e complementam essas estratégias de maneira efetiva. No ano de 2025, as iniciativas apoiadas relataram o alinhamento ou contribuição a cerca de 60 políticas públicas, incluindo leis, planos, programas e políticas nacionais, conforme destaques a seguir.

Todos os projetos apoiados nas linhas de Oceano, Florestas e SBN possuem ações diretas de conservação e recuperação de espécies e biomas brasileiros, em sinergia com a Política Nacional da Biodiversidade ([Decreto nº 4.339/2002](#)). Além disso, todas essas iniciativas realizam ações de educação ambiental, incluindo a atuação em escolas e a participação na elaboração e

implementação de seus planos pedagógicos, além de produzirem materiais didáticos nas temáticas socioambientais trabalhadas para uso escolar, e atuarem na formação continuada de professores, contribuindo para a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA ([Lei nº 9.795/1999](#)).

Destacamos também que, com o objetivo de contribuir para a reversão da perda da biodiversidade, muitos projetos socioambientais colaboram com os [Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção \(PANs\)](#), seja por meio do apoio à elaboração dos planos, à realização das ações estratégicas previstas ou, ainda, pela coordenação executiva desses planos em parceria com o ICMBio. O Projeto Golfinho Rotador, apoiado pela Petrobras desde 2001, por exemplo, é membro do Grupo de Assessoramento Técnico do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Cetáceos Marinhos Ameaçados de Extinção (PAN Cetáceos Marinhos) e colaborador no Plano de Ação Nacional para a Conservação de Ecossistemas Coralinos (PAN Corais), atuando na elaboração e execução desses planos. A iniciativa também

participa do processo de Avaliação do Estado de Conservação de Mamíferos Aquáticos do Brasil.

Por meio dos projetos de investimento socioambiental que realizam restauração florestal, colaboramos para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), instituído pelo [Decreto nº 8.972/2017](#), ao impulsionar ações que promovem a recuperação de áreas degradadas em diferentes biomas brasileiros. Essas iniciativas fortalecem as metas do Planaveg ao integrar comunidades locais no processo de restauração, fomentar práticas sustentáveis e técnicas inovadoras e contribuir para o aumento da conectividade ecológica, a proteção da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, os projetos promovem a geração de emprego e renda, alinhando-se aos objetivos de conservação e de desenvolvimento sustentável previstos no plano. Cabe destacar aqui, o apoio às Iniciativas Floresta Viva e Restaura Amazônia, em parceria com o BNDES, para restauração de biomas brasileiros, que preveem o investimento conjunto de R\$ 218 milhões em um período de 7 anos.



Na linha de atuação Florestas também há projetos que desenvolvem ações para o fortalecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, apoiando a elaboração e execução de seus planos, e colaborando para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI ([Decreto nº 7.747/2012](#)) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT ([Decreto nº 6.040/2007](#)). Essas duas Políticas também são referência em nossa Diretriz de Relacionamento Comunitário lançada em 2025.

Em setembro de 2025, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou um processo de consulta pública para receber contribuições sobre a proposta de Resolução que estabelece parâmetros mínimos para a implementação do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em relação aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. A Petrobras participou do encaminhamento de contribuições ao documento, em conjunto com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), organização da qual é membro.

Destacamos o apoio ao Projeto Berço das Águas, realizado pela Operação Amazônia Nativa, que atua na implementação de ações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos territórios Rikbaktsa e na elaboração da segunda etapa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Apiaká do Pontal e Isolados, envolvendo os municípios de Brasnorte, Apiacás, Cotriguaçu e Juara, no estado de Mato Grosso. Os planos estabelecem ações prioritárias que possibilitam a proteção das áreas, o fortalecimento do manejo tradicional e sustentável de recursos naturais, a geração de alternativas econômicas para sustento e a manutenção da cultura indígena. Assim, contribuem para a conservação da biodiversidade e para a regulação climática na região. As atividades envolvem apoio aos sistemas de vigilância e monitoramento de áreas, conservação por meio do manejo sustentável, comercialização de castanha e desenvolvimento de alicerces para o turismo de base comunitária na região.

A Petrobras também está desenvolvendo, em parceria com o Imaflora, uma iniciativa para a criação de referências em Salvaguar-

das Socioambientais para projetos de conservação na Amazônia com foco em geração de créditos de carbono, capacitando o terceiro setor, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais a atuarem de forma eficaz no mercado de carbono, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa e sustentável, fortalecendo a sociobioeconomia e as cadeias produtivas da conservação.

Os projetos socioambientais das linhas de Florestas e de Desenvolvimento Econômico Sustentável também realizam ações para o combate à fome, garantia da segurança alimentar e fortalecimento da economia solidária, alinhados com políticas públicas como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos.

O Projeto Florestas de Valor é um caso de iniciativa que apoia agricultores e agricultoras familiares de São Félix do Xingu, bem como quilombolas de Oriximiná (Pará), na organização documental, produtiva e comercial para acessarem os mercados insti-

tucionais, viabilizando a comercialização de produtos locais para a alimentação escolar e gerando renda direta para os beneficiados.

Nesta temática, alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia ([Decreto nº 12.044/2024](#)), destacamos o Fundo Petrobras de Bioeconomia, criado em 2025 por meio de parceria entre Petrobras e Régia Capital, uma plataforma de investimentos sustentáveis criada pela JGP e pela BB Asset. A Petrobras destinou um investimento inicial de R\$ 50 milhões, complementado por outros R\$ 50 milhões da Régia Capital, com o objetivo de apoiar projetos socioambientais e transformá-los em negócios sustentáveis que preservem o capital investido e gerem renda para as comunidades envolvidas. Inovador como é, pretende se tornar um hub ou ponto central escalável de suporte ao desenvolvimento do setor de bioeconomia brasileiro.

Na área da Educação e Inclusão Social, a Petrobras apoia projetos que contribuem para a alfabetização de jovens e adultos, para a inclusão digital das comunidades e para atividades de reforço escolar em Língua Portu-

guesa e Matemática para crianças e adolescentes, em consonância com a Política Nacional de Educação ([Lei nº 9.394/1996](#)).

Em consonância com a Política Nacional de Emprego, Trabalho e Renda ([Lei nº 7.998/1990](#)), destaca-se o Programa Autonomia e Renda, destinado à qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou desempregadas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho no setor de óleo e gás. O programa busca valorizar a mão de obra local na cadeia de fornecedores da companhia e prioriza a capacitação de grupos minorizados, como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência e refugiados, em conformidade com a Política Nacional de Igualdade de Gênero ([Lei nº 11.340/2006](#)). No âmbito do desenvolvimento econômico e do empreendedorismo, atua em conformidade com o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, os participantes recebem

reforço em língua portuguesa e matemática, bem como acesso a ações voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais e pessoais (soft skills). Durante o período de formação, é concedida bolsa-auxílio, com adicional para mulheres com filhos de até 11 anos, em alinhamento à Política Nacional de Proteção Social Básica, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social ([Lei nº 8.742/1993](#)). O Programa Autonomia e Renda Petrobras é realizado em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e com o SESI-SENAI, e tem como foco a capacitação de aproximadamente 20 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social e residentes nas áreas de atuação da Petrobras em sete estados.

Além disso, nas áreas de Esporte e Lazer, projetos de esporte educacional oferecem oportunidades de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes, enquanto eventos de saúde promovem um estilo de vida ativo, em consonância com a Política Nacional do Esporte ([Lei nº 14.597/2023](#)). A Petrobras também apoia projetos de formação de atletas, que identificam e desen-

volvem talentos locais. Por fim, na área de Cultura e Cidadania, iniciativas culturais são fomentadas, com a realização de atividades artísticas no contraturno escolar para crianças e adolescentes, criação de bibliotecas comunitárias que promovem a leitura e o acesso à informação, além de projetos de memória e patrimônio cultural que celebram a história e a identidade das comunidades, em linha com a Política Nacional de Democratização do Acesso à Cultura ([Lei nº 8.313/1991](#)).

No âmbito do Meio Ambiente e Sustentabilidade, iniciativas de educação ambiental mobilizam a população, enquanto projetos de reflorestamento e de conservação da biodiversidade estão alinhados com a Política Nacional da Biodiversidade ([Decreto nº 4.339/2002](#)) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação ([Lei nº 9.985/2000](#)). Projetos com foco no desenvolvimento de hortas comunitárias em regiões urbanas e em Unidades Educacionais contribuem para a promoção da Segurança Alimentar e Nutrição, em apoio à Política Nacional de Segurança Alimentar ([Lei nº 11.346/2006](#)),

por meio da distribuição de alimentos frescos e de programas de educação nutricional que ensinam a importância de uma alimentação balanceada.

No que diz respeito à disseminação de temas de Direitos Humanos e Igualdade de Gênero, diversas ações são realizadas junto às comunidades da área de abrangência de nossas operações, incluindo a discussão das pautas em reuniões dos Comitês Comunitários, eventos e cursos, como ações em combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e incentivo à contratação da mão de obra local por prestadores de serviços.

A Petrobras também apoia projetos voltados ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos ([Lei nº 12.305/2010](#)), além de integrar formalmente o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) do Governo Federal.

Em resposta à calamidade provocada pela emergência climática no Rio Grande do Sul, a Petrobras está apoiando o projeto Conexões Sustentáveis: Fortalecendo a Cadeia da Reciclagem no Estado do RS, desenvolvido pelo Instituto Caminhos Sustentáveis. O projeto beneficia diretamente 360 catadores e prevê a reestruturação de organizações de catadores de materiais recicláveis e apoio à organização e inclusão de catadores que atuam de forma individual nos municípios de Canoas e Esteio (RS), por meio de ações técnicas, de qualificação, mobilização social e fomento ao empreendedorismo. Haverá ainda a aquisição de equipamentos e adequação estrutural nos espaços das cooperativas, assessoria técnica às organizações, capacitações para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais e ações de conscientização e educação ambiental para as comunidades dos municípios abrangidos.

Em 2025, a Petrobras lançou a Seleção Pública Regional - Soluções baseadas na Natureza: Adaptação e Resiliência Climática nas Cidades, com o objetivo de selecionar projetos socioambientais para áreas

urbanas de municípios prioritários no Rio Grande do Sul e São Paulo. O intuito é contribuir para a ampliação da capacidade de resposta e adaptação climática dos territórios diante de eventos climáticos extremos. Os projetos terão duração de 36 meses e o investimento total será de R\$ 21 milhões.

Ainda em 2025, aprovamos a ampliação do Programa Petrobras de Voluntariado, que passou a incluir a participação da força de trabalho contratada. Também ampliamos a possibilidade de abono de até 80 horas por ano para empregados próprios, para atuação em trabalho voluntário em contexto de emergência ou de calamidade pública oficialmente declarada pelas autoridades administrativas governamentais.

Podemos citar ainda os projetos socioambientais que atuam no estímulo ao cooperativismo, fortalecendo a economia local, em conformidade com a Política Nacional de Economia Solidária ([Lei nº 15.608/2024](#)). Um exemplo é o projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, desenvolvido pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai). O

projeto é voltado para o desenvolvimento de competências para o trabalho de cerca de 400 mulheres pertencentes à comunidade tradicional de catadoras de mangaba. A partir da estruturação desse grupo em uma cooperativa, as mulheres estão recebendo apoio técnico para a produção e comercialização de produtos provenientes da mangaba, contribuindo para a geração de renda do grupo.

Além de monitorar os indicadores de desempenho dos projetos apoiados, realizamos estudos de avaliação de impacto e análises do retorno socioambiental sobre o investimento. Para isso, utilizamos as metodologias *Social Return on Investment* (SROI) e sua variante de Análise Custo-Benefício (ACB), que convertem em valores monetários as transformações ambientais, sociais e econômicas resultantes dos projetos, contribuindo para a tomada de decisão baseada em evidências e para o aperfeiçoamento contínuo das iniciativas socioambientais, potencializando seus impactos. Em 2025, incorporamos uma metodologia *quali-quantitativa* que segue

o mesmo protocolo do SROI, mas não monetiza os benefícios. Esse método é aplicado a projetos específicos, cujos impactos não podem ser convertidos em valores monetários, ampliando a capacidade de identificar os benefícios gerados pelos nossos investimentos socioambientais.

Entre 2019 e 2025, avaliamos 49 projetos socioambientais da carteira do Programa Petrobras Socioambiental, abrangendo todas as linhas de atuação - Florestas, Oceano, Educação e Desenvolvimento Econômico Sustentável - com o objetivo de mensurar o retorno social e os impactos gerados por cada projeto, reforçando o compromisso da companhia de gerar valor para a sociedade. Essa iniciativa visa a fortalecer a nossa gestão socioambiental, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável. Alinhando os investimentos à criação de oportunidades, à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico local, a companhia visa a promover benefícios concretos para as comunidades onde atua.

Ao longo desses sete anos, as avaliações, conduzidas com apoio de consultoria externa especializada, evidenciaram impactos significativos. No campo ambiental, destacam-se as ações de conservação e reflorestamento, a proteção de espécies ameaçadas, o sequestro de carbono, a difusão de práticas sustentáveis, o aumento da conscientização ambiental e o fortalecimento das comunidades.

Já no âmbito social, os projetos contribuíram para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo de crianças e adolescentes, para o desenvolvimento de habilidades artísticas e esportivas, para a valorização da cultura local, para a proteção de direitos de crianças e adolescentes, para a ampliação da empregabilidade e da renda entre públicos vulnerabilizados e para o empoderamento das mulheres. Esses resultados contribuem para a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento sustentável dos territórios onde os projetos atuam.



***Nos últimos sete anos, os projetos avaliados geraram um valor social total de R\$ 935 milhões, com retorno médio sobre o valor investido de R\$ 4,89, ou seja, para cada real investido, foram gerados R\$ 4,89 em benefícios para a sociedade, evidenciando a efetividade das iniciativas. De 2019 até 2025, já foram avaliados 49 projetos, com previsão de mais 36 até 2028.***

Esses resultados reforçam a eficácia das iniciativas apoiadas e a maturidade da gestão socioambiental da companhia, demonstrando a contribuição do Programa Petrobras Socioambiental para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, o alinhamento aos objetivos estratégicos e compromissos públicos da Petrobras, incluindo o previsto no Plano Estratégico 2050 e no Plano de Negócios 2025–2029. Até 2028, mais 36 projetos serão avaliados ampliando o alcance das ações e o conhecimento sobre os impactos gerados.

A Petrobras também promove ações de apoio à sociedade em situações de calamidade decorrente de mudanças climáticas, buscando contribuir para o desenvolvimento social do país e para o socorro às vítimas de consequências dos efeitos decorrentes. Além dos projetos realizados por meio do Programa Petrobras Socioambiental, a companhia também realiza doações de bens, serviços de apoio e recursos financeiros com esse intuito. Em 2025, a Petrobras doou aproximadamente R\$ 4,74 milhões entre bens, apoio técnico, serviços e doações financeiras como o apoio à restauração do Clube de Empregados da Petrobras (CEPE Canoas) que adequou sua sede como abrigo com apoio de doações da Petrobras para acolhimento a desabrigados e pessoas atingidas pelas graves enchentes que assolaram a população do estado do Rio Grande do Sul. As instalações do CEPE foram adaptadas para o acolhimento dos desabrigados da região de Canoas nas cheias do mês de maio de 2024. O grande fluxo de pessoas durante os 45 dias de mobilização do abrigo trouxe consequências sobre as dependências e equipamentos e os efeitos físicos da utilização da sede social como abrigo duran-

te o período apoiado pela Petrobras necessitou de apoio para a recuperação das instalações que tão prontamente foram adaptadas na calamidade. Desta forma, a Petrobras doou recursos para a recuperação das instalações deste parceiro, após laudo técnico que identificou a necessidade e os impactos decorrentes da utilização como abrigo.

Em 2025, realizamos o terceiro ciclo de doação de notebooks recondicionados para escolas públicas municipais localizadas em comunidades da área de abrangência de nossas operações nos estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul. Neste ano, também lançamos um edital para contemplar instituições do terceiro setor que participam das reuniões de nossos comitês comunitários, com doações de notebooks.

Foram contempladas 206 escolas públicas municipais, com a doação de mais de 5.200 notebooks, e 136 instituições do terceiro setor receberam quase dois mil notebooks. Ao todo, foram doados mais de 7.200 equipamentos com o objetivo de ampliar o acesso à tecnologia e empoderamento

digital de nossas comunidades.

Em um processo inédito na companhia, beneficiamos 5 instituições através de chamada pública para recebimento de doações de itens de casario como colchões e mobiliário, bens inservíveis aptos para uso oriundos de plataformas em descomissionamento da Bacia de Campos, distribuindo 129 itens entre mesas, cadeiras, colchões, armários, quadros e cadeiras.

Ainda em 2025, foi concluída a doação no enfrentamento da Emergência da Seca Amazônica, em suporte às ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com apoio logístico de helicóptero para distribuição de cestas básicas e kits de tratamento emergencial de água a comunidades afetadas pela emergência, realizando também o monitoramento aéreo relacionado à fauna aquática, bem como a alocação de profissionais da Petrobras com especialistas em planejamento de resposta à emergência, logística, veterinária e operador de drone na Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) comandada pelo ICMBio.

## Programa Petrobras Cultural



O Programa Petrobras Cultural tem a brasilidade como princípio norteador, refletida nas temáticas, origens, curadoria, história e características dos projetos que apoiamos. Por meio do incentivo a diversas iniciativas patrocinadas em todas as regiões do país, contribuimos para o desenvolvimento econômico regional e reafirmamos nossa convicção de que a cultura é uma forma de energia valorizada pela empresa, essencial para a transformação da sociedade. Com criatividade e inspiração, impulsionamos crescimento e mudanças.

O Programa Petrobras Cultural é reconhecido pelas Seleções Públicas que realiza, com transparência de requisitos e democratização de acesso aos patrocínios da empresa. As iniciativas selecionadas estão organizadas em quatro eixos temáticos.

## EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA PETROBRAS CULTURAL



### Produção e Circulação

*Estímulo à produção cultural brasileira em seus diferentes segmentos e à circulação de projetos nas cinco regiões do país. Abrange a criação, produção e apresentação de projetos culturais para os mais diversos públicos, como shows, espetáculos, exposições, premiações e iniciativas especiais.*



### Festivais e Festas Populares

*Projetos que mobilizam grande público e realizadores de todo o país. Este eixo também contempla o patrocínio a festas populares que valorizam a cultura regional*



### Cinema e Cultura Digital

*Continuidade do apoio da Petrobras ao cinema brasileiro, uma longa história da qual muito nos orgulhamos. Além da produção e distribuição de filmes, incorpora os novos formatos do audiovisual e vai além, apoiando iniciativas para vivenciar a cultura por meio da tecnologia e do universo digital.*



### Ícones da Cultura Brasileira

*São projetos que, por sua importância ou temática, representam o que nossa cultura produz de mais emblemático, nos conectando com nossa brasilidade e nossa história, de impacto nacional ou regional.*

Em 2025, a Petrobras comemorou 30 anos de apoio ao cinema nacional, reafirmando seu compromisso com a valorização da cultura brasileira. Ao longo dessas três décadas, a empresa patrocinou mais de 600 filmes, contribuindo para o fortalecimento da indústria cinematográfica no Brasil e para a disseminação da diversidade e riqueza cultural do país.

Neste ano, mais de 250 patrocínios integraram o Programa Petrobras Cultural, promovendo o desenvolvimento da cultura e contando com a Lei Federal de Incentivo à Cultura (**Lei nº 8.313/1991**) e a Lei do Audiovisual (**Lei nº 8.685/1993**), que permitem a renúncia fiscal para empresas que direcionam parte de seus impostos ao fomento cultural.

## Ações relacionadas à Diversidade e Direitos Humanos



A companhia aderiu às iniciativas “Brasil sem Misoginia” e “Feminicídio Zero” do Ministério das Mulheres, e vem realizando diversas ações internas de prevenção e combate à violência contra a mulher, alinhado ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (**Decreto nº 11.640/2023**) e à **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. O Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST) contempla ações de enfrentamento à violência em quatro eixos de atuação: estratégia, prevenção, acolhimento e tratamento de denúncia. As iniciativas incluem palestras, rodas de conversas, momentos de escutas, treinamentos sobre a temática, disponibilização de Canal de Acolhimento para escuta e orientação a pessoas afetadas por qualquer tipo de violência no trabalho, bem como publicação de novos normativos e adequações em processos

considerando a perspectiva de gênero. Em 2025, durante as campanhas “Agosto Lilás” e “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, a Petrobras promoveu workshops de autodefesa feminina em 18 (dezoito) imóveis da companhia localizados em dez estados do Brasil. Mais de 2.800 mulheres da força de trabalho própria e contratada participaram da ação, que, além de demonstrar técnicas de autodefesa feminina e apresentar os principais pontos da Lei Maria da Penha, reforçou os canais internos e externos disponíveis, como o Ligue 180 e o Disque 100. Adicionalmente, 100 (cem) profissionais realizaram uma capacitação interna de 14 horas em prevenção e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sendo que o treinamento foi gravado e será posteriormente disponibilizado em plataforma de aprendizagem da companhia.

A Petrobras também colabora com a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** por meio de iniciativas e projetos sociais que promovem a conscientização e prevenção da violência de gênero.



Um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual (**Lei nº 14.540/2023**) é o enfrentamento da prática de assédio sexual, orientando procedimentos para encaminhamento de reclamações e denúncias de assédio sexual, demais crimes contra a dignidade sexual ou de qualquer forma de violência sexual. Neste sentido, a Petrobras conta em sua estrutura com a Corregedoria-Geral, responsável, dentre outras atribuições, por conduzir no âmbito do Sistema Petrobras investigações de denúncias e realização da etapa de processamento disciplinar de empregados, autores de desvios de temas de violência no trabalho e violências sexuais, nos quais se inserem, respectivamente, os casos de assédio moral e assédio sexual, em consonância com o Programa Petrobras contra a Violência Sexual e do Trabalho (PPCVST).

A Petrobras colabora com o Programa Emprega + Mulheres e Jovens (**Lei nº 14.457/2022**) por meio de projetos

sociais que visam promover a inclusão e a inserção dessas populações no mercado de trabalho, bem como capacitações e apoio ao empreendedorismo.

Oferecemos a possibilidade de a empregada optar pela substituição da prorrogação da licença pela redução de jornada de trabalho em 50% por 120 dias. Ao instituímos a prorrogação da licença-maternidade (gestante ou adotante) por mais 60 dias e prorrogação da licença-paternidade por mais 5 dias, perfazendo o total de 10 dias, contribuimos para o Programa Empresa Cidadã (**Lei nº 11.770/2008**), que concede benefícios fiscais às empresas aderentes. Vale lembrar que, de acordo com a previsão do ACT, o prazo máximo da licença-paternidade na Petrobras é de 30 dias.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Ministério das Mulheres, tem o objetivo de promover a igualdade entre gêneros e raças no mercado de trabalho e eliminar a discriminação no acesso, na remuneração, ascensão e na permanência no emprego. A Petrobras já conquistou

os seis Selos das edições anteriores do Pró-Equidade de Gênero e Raça por esse trabalho.



Com o objetivo de posicionar a companhia entre as empresas mais desejadas para trabalhar, avançamos na estruturação da gestão de nossa marca empregadora. Com foco na inclusão de grupos sub-representados, temos enfatizado a valorização da diversidade nas peças de comunicação e nas iniciativas de aproximação com estudantes. Um dos eixos centrais é a representatividade, materializada na escolha de pessoas desses grupos para palestrar, estampar campanhas e compartilhar suas experiências com o público externo. Essas ações têm gerado resultados consistentes, refletidos no aumento das candidaturas de mulheres,

pessoas pretas e pardas e pessoas com deficiência nos processos seletivos públicos. No último Processo Seletivo Público (PSP RH 2023.2), disponibilizamos 20% do total de vagas para pessoas com deficiência e 20% para pessoas negras, além de adotarmos linguagem mais inclusiva em todo o texto da convocação.

Conforme divulgado no Plano de Negócios 2026–2030, a Petrobras estabeleceu metas voluntárias para ampliar a diversidade em suas indicações para órgãos estatutários de suas participações societárias, buscando atingir, até 2026, o mínimo 30% de mulheres e, até 2028, o mínimo 20% de pessoas autodeclaradas negras nos cargos de indicação da Petrobras nos referidos órgãos.

Além das metas voluntárias, como empresa estatal, a Petrobras também está sujeita à **Lei nº 15.177/2025**, que determina que os conselhos de empresas públicas e sociedades de economia mista tenham a participação mínima de 30% de mulheres — incluindo cota para mulheres negras ou com deficiência — com implementação gradual (10%, 20% e 30%) e previsão de sanções em caso de descumprimento.

Em nossos processos seletivos públicos, reservamos percentual de vagas para pessoas negras (conforme a **Lei nº 15.142/2025**) e para pessoas com deficiência (conforme o **Decreto nº 9.508/2018**).

Temos diversos projetos que, por meio do investimento socioambiental, promovem a equidade entre os gêneros, combatem a discriminação e a violência de gênero e garantem os direitos das mulheres. Buscamos fomentar a participação feminina em todas as esferas da sociedade, promovendo políticas públicas que assegurem igualdade de oportunidades e fortaleçam a autonomia das mulheres.

É o caso do projeto “Mão na Massa” apoiado pelo Programa Petrobras Socioambiental, que fortalece o protagonismo feminino em setores historicamente masculinos. Desenvolvido pelo Instituto Protetor dos Pobres e Crianças Abrigo Maria Imaculada, qualifica 300 mulheres em situação de vulnerabilidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, com certificação SENAI/FAETEC e carga horária de 536 horas, em ocupações como pedreira, eletricista, bombeira hidráulica, carpinteira e pintora. Além da formação técnica, a iniciativa oferece conteúdos sobre direitos humanos, Lei Maria da Penha, igualdade racial e equidade de gênero. Com bolsa-auxílio para permanência e ações de mobilização social, o projeto rompe barreiras culturais, promove inclusão e contribui para a redução das desigualdades de gênero.

A Petrobras integrou o grupo de trabalho que elaborou o Pacto pela Igualdade Racial, publicado em dezembro de 2024, conduzido pelo Ministério da Igualdade Racial, constituído com o objetivo de debater e propor ações que



promovam a igualdade racial no âmbito empresarial público e privado, a constar em um plano de ações. Adicionalmente, demos sequência ao Programa de Equidade Racial da Petrobras, aprovado em novembro de 2023, que possui 9 eixos prioritários de atuação, incluindo o relacionamento com o Poder Público (eixo 6), e tem como estratégia a participação da Petrobras na formulação e revisão de políticas públicas referentes à equidade racial. Outros eixos do programa visam a capacitar a liderança e preparar profissionais negros e negras para assumir funções de liderança, promover a questão em nossa cadeia de fornecedores e com nossos parceiros.

Visando a promover a equidade racial, também realizamos letramento e sensibilização nos meses de julho e novembro de 2025 para toda a força de trabalho, com a presença de especialistas externos e atuação de membros do grupo de afinidade racial, multiplicando conhecimentos. Proporcionamos atividade cultural e a liderança também teve a oportunidade de participar de capacitações específicas. Também estabelecemos a meta de ter 26% de pessoas negras na

liderança até 2030. Além disso, por meio do investimento socioambiental, nossos projetos visam a combater a discriminação racial, promover igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade étnica, por meio de ações em educação, cultura e desenvolvimento econômico, garantindo direitos e promovendo a cidadania. O projeto Escola de Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, realizado pela Associação Instituto Floresta e apoiado pelo Programa Petrobras Socioambiental, desenvolve iniciativas para reduzir as desigualdades raciais e fortalecer comunidades tradicionais em territórios quilombolas, caiçaras e afrodescendentes. Presente em Paraty, Magé, Quissamã, Madureira e Guapimirim, atende a 1.500 participantes contínuos e a 4.000 eventuais, priorizando mulheres, população negra e pescadores. Oficinas conduzidas por mestres locais resgatam práticas como jongo, samba, capoeira, ciranda caiçara, gastronomia e artesanato, articulando saberes tradicionais à economia criativa e ao empreendedorismo cultural para geração de renda. Essas ações estão aderentes à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR (**Decreto nº 4.886/2003**).

Em 2025, finalizamos Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) que tinha como objetivo aperfeiçoar políticas de governança e promover um ambiente que defenda e respeite a democracia, a justiça e os direitos humanos na Petrobras.

O relatório concluiu que demonstramos avanços robustos na institucionalização dos direitos humanos e que a Petrobras segue como referência no setor de energia na promoção e respeito a esses direitos.

Em alinhamento ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite (**Decreto nº 11.793/2023**) e à diretriz de compartilhamento pactuado de ações e estratégias com entes federativos, organizações e movimentos da sociedade civil, a Petrobras, em setembro de 2025, se associou à Rede Empresarial de Inclusão Social pela Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (REIS) e aderiu ao Pacto pela Inclusão de Pessoas com Deficiência. Também em consonância com o objetivo do Novo Viver sem Limite, voltado à promoção do exercício

pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, a Petrobras ofertou, em 2025, turmas presenciais e de EAD para letramento e sensibilização das lideranças sobre a abordagem às pessoas com deficiência, com mais de 1.500 pessoas capacitadas nas questões de gestão inclusiva e combate ao capacitismo no ambiente de trabalho.

Como desdobramento desse compromisso institucional com a inclusão, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão da Petrobras, constituída em 2024 para atuar como fórum técnico propositivo em acessibilidade e inclusão, revisou toda a jornada da pessoa com deficiência e/ou neurodivergência na empresa, realizou diagnósticos, inclusive de acessibilidade digital, propôs melhorias e estruturou fluxos de atendimento desde o ingresso pelo processo seletivo até o desligamento. Antes da assinatura do contrato de trabalho, são levantadas previamente as necessidades de acessibilidade das pessoas que venham a ingressar na empresa e mobilizados recursos — humanos, tecnológicos e de infraestrutura — para que a experiência e a

jornada das pessoas com deficiência sejam as melhores possíveis desde o início.

Também atualizamos as orientações do Programa de Abordagem à Pessoa com Deficiência e/ou Neurodivergência, cujo objetivo é contribuir para que tenhamos uma gestão inclusiva de pessoas com deficiência e/ou neurodivergência, realizando ações educativas com as lideranças e voltadas para as condições e relações de trabalho.



Atualizamos, em 2025, a Cartilha de Acessibilidade e Inclusão em Eventos e Reuniões. Realizamos campanhas e eventos ao longo do mês de setembro de 2025, voltados à

sensibilização da força de trabalho sobre temas relacionados às pessoas com deficiência. Também capacitamos profissionais de saúde para a avaliação multiprofissional de pessoas com deficiência e promovemos debates relevantes sobre neurodivergência, saúde da população negra e diversidade de gênero.

Considerando as melhores práticas de governança corporativa, a Petrobras publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade, o Resumo Executivo do Relatório de Sustentabilidade, o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa e o Caderno de Mudança Climática e Transição Energética, que, em conjunto com a presente Carta Anual, prestam contas, mantendo um relacionamento transparente com nossos públicos de interesse e a sociedade em geral. Estes relatórios estão disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

O [Anexo 2](#) traz maiores detalhes sobre as informações e ações de diversidade, em atendimento ao Pacto pela Diversidade das Estatais, coordenado pela SEST.

# Governança Corporativa



*As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, integridade e transparência. Adicionalmente, considerando nossa atuação em mercados cada vez mais competitivos, é importante que nosso modelo de governança assegure o equilíbrio entre eficiência e controle, garantindo uma atuação ágil e segura ao mesmo tempo.*

*Nos últimos anos, implementamos avanços significativos na governança corporativa e nos nossos sistemas de integridade, compliance e controles internos. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e o alinhamento às melhores práticas do mercado.*

Realizamos constantemente melhorias em nossas práticas e em nossos principais instrumentos de governança, como o **Estatuto Social**; regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento a estes órgãos; políticas e códigos, entre outros.

Nosso modelo de governança, expresso em nossa Política de Governança Corporativa e Societária, tem como objetivo contribuir para:

- (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenização das melhores práticas de governança;
- (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração;
- (iii) aprimorar os nossos processos de planejamento, controles e desempenho;
- (iv) aumentar a transparência e a divulgação de informações;

(v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

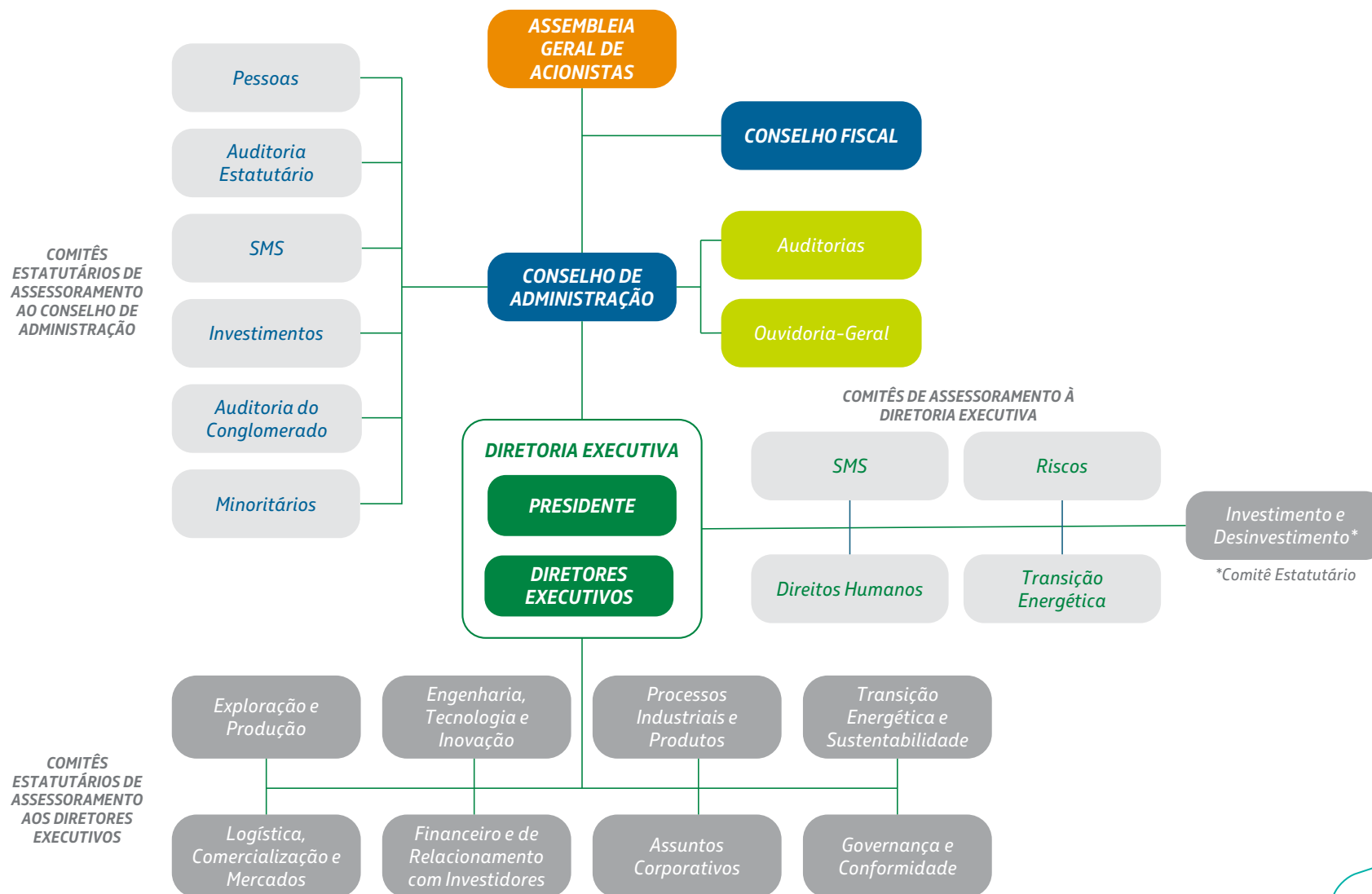
Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios:

- (i) transparência;
- (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas;
- (iii) prestação de contas;
- (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e
- (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.



## 3.1. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA PETROBRAS

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês, conforme figura a seguir:



## Conselho de Administração

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por estabelecer a orientação geral dos nossos negócios, definir nossa missão, nossos objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

As indicações para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso **Estatuto Social** e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, enquanto Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Petrobras, e pelo Conselho de Administração, que auxiliam os acionistas, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, bem como sobre o enquadramento dos

candidatos nos critérios de independência pertinentes, quando aplicável.

Nosso **Estatuto Social** prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a **Lei nº 13.303/2016** e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25% e 20%. Atualmente, temos 64% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da **Lei nº 13.303/2016**, do artigo 36, §1º, do **Decreto nº 8.945/2016**, do Regulamento do Nível 2 da B3 e dos normativos vigentes da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (atualmente, o Anexo K da **Resolução nº 80/2022** da CVM), do artigo 18, §5º, do **Estatuto Social** e do **Regulamento do Nível 2**, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

De acordo com nosso **Estatuto Social**, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto o nosso presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do

CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não são exercidas pela mesma pessoa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

**11 membros**

**1 representante dos empregados**

**3 mulheres**

**2 pessoas autodeclaradas negras**

**Vedação de acúmulo das funções de presidente do CA e CEO**

**Conheça [aqui](#) nossos Conselheiros de Administração**

## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- ▶ **Guilherme Santos Mello**  
Presidente do Conselho de Administração | Indicado pelo Acionista Controlador | Membro Não Independente
- ▶ **Magda Chambriard**  
Conselheira | Indicada pelo Acionista Controlador | Membro Não Independente | Presidente
- ▶ **Fábio Henrique Bittes Terra**  
Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador | Membro Não Independente
- ▶ **Francisco Petros**  
Conselheiro | Indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias pelo processo de eleição em separado | Membro Independente
- ▶ **José Fernando Coura**  
Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador | Membro independente
- ▶ **José João Abdalla Filho**  
Conselheiro | Indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias pelo processo de voto múltiplo | Membro Independente
- ▶ **Marcelo Gasparino Da Silva**  
Conselheiro | Indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias pelo processo de voto múltiplo | Membro Independente
- ▶ **Marcelo Weick Pogliese**  
Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador | Membro Não Independente
- ▶ **Rachel De Oliveira Maia**  
Conselheira | Indicada pelos acionistas detentores de ações preferenciais pelo processo de eleição em separado | Membro Independente
- ▶ **Renato Campos Galuppo**  
Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador | Membro Independente
- ▶ **Rosangela Buzanelli Torres**  
Conselheira | Eleita pelos Empregados | Membro Não Independente



## Comitês de Assessoramento

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, com a missão de assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e de direção superior da companhia. Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica.

Conforme art. 30, §1º, III e IV, do nosso **Estatuto Social**, a composição e as regras de funcionamento dos Comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pelo Conselho de Administração, sendo vedada a participação, seja como membro, seja como convidado permanente destes comitês, do Presidente da Companhia, dos Diretores Executivos e dos empregados, salvo, neste último caso, o Conselheiro eleito pelos empregados e os titulares das unidades organizacionais vinculadas diretamente ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia não poderá participar do Comitê de Auditoria, do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras e do Comitê de Pessoas.

*Veja a seguir as principais atribuições de cada um dos comitês do CA:*

### **Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS):**

assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores ASG e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.

### **Comitê de Investimentos (COINV):**

assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação a oportunidades de negócios, investimentos e/ou desinvestimentos, fusões, incorporações e cisões. Além disso, o COINV assessora o CA na análise do nosso programa anual de financiamento.

### **Comitê de Auditoria Estatutário**

**(CAE):** assessorar o CA na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); assessorar o CA no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e ao gerenciamento de riscos; avaliar e monitorar as nossas exposições a risco; receber, encaminhar e monitorar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, em matérias relacionadas ao escopo de nossas atividades; analisar os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, operacionais, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações desses controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios; supervisionar as atividades das áreas responsáveis por controles internos, auditoria interna e ouvidoria; tomar conhecimento das atividades de governança e conformidade; avaliar e

monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção; zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade pela companhia, reportando-se ao CA quando julgar necessário; e avaliar os seguintes relatórios, para, conforme o caso, publicação em nosso site na internet e arquivamento na CVM: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

**Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO):** criado para atender aos requisitos da **Lei nº 13.303/2016**, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria próprio. Atua também no assessoramento do Conselho de Administração da Petrobras na emissão

de orientação para as sociedades do conglomerado com relação às matérias previstas em seu regimento interno.

**Comitê de Pessoas (COPE):** auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a **Lei nº 13.303/2016** e o **Decreto nº 8.945/2016**, no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O COPE também assessora o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da Direção Superior e membros externos dos comitês do CA, além de atuar como última instância recursal de procedimentos disciplinares. O Comitê monitora pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.

### **Comitê de Minoritários (COMIN):**

assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, quando em condições fora do curso normal da Petrobras. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do artigo 30, §4º do nosso **Estatuto Social**.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento do nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho e disponíveis em nosso **site de Investidores**.

## Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por uma presidente, escolhida dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos e a ausência das vedações legais, além daqueles previstos em nosso **Estatuto Social** e na Política de Indicação.



### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA:

▶ **Magda Chambriard**  
Presidente

▶ **Angélica Garcia Cobas Laureano**  
Diretora Executiva de Logística, Comercialização e Mercados

▶ **Clarice Coppetti**  
Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

▶ **Fernando Sabbi Melgarejo**  
Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

▶ **Ricardo Wagner de Araújo**  
Diretor Executivo de Governança e Conformidade

▶ **Renata Baruzzi**  
Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

▶ **Sylvia Maria Couto dos Anjos**  
Diretora Executiva de Exploração e Produção

▶ **William França da Silva**  
Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos

Diretor Executivo Interino de Transição Energética e Sustentabilidade

## Comitês Técnicos Estatutários (CTE)

Os CTEs são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no **Estatuto Social**, compostos por titulares da nossa estrutura geral e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da **Lei nº 6.404/1976**.

**Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:**

- » **Comitê Técnico Estatutário de Transição Energética e Sustentabilidade;**
- » **Comitê Técnico Estatutário de Engenharia, Tecnologia e Inovação;**
- » **Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;**

- » **Comitê Técnico Estatutário de Processos Industriais e Produtos;**
- » **Comitê Técnico Estatutário de Logística, Comercialização e Mercados;**
- » **Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;**
- » **Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e**
- » **Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos.**

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso **site de Investidores**.

## Comitês Executivos

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva.

Em 2025, avançamos em nossa agenda de aprimoramento contínuo da governança corporativa, com a criação de dois novos Comitês Executivos: o Comitê Executivo de Direitos Humanos e o Comitê Executivo de Transição Energética. As novas instâncias reforçam o compromisso da Companhia com a integração de temas ASG, fortalecendo a gestão de riscos, a transparência e a tomada de decisão.

**Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Executivos:**



- » Comitê Executivo de Direitos Humanos;
- » Comitê Executivo de Riscos;
- » Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e
- » Comitê Executivo de Transição Energética.

## Conselho Fiscal

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

**5 membros titulares e  
5 membros suplentes**

**1 mulher (1 titular)**

**2 pessoas autodeclaradas  
negras (1 titular e 1 suplente)**

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL:

- ▶ **Mariana de Assis**  
Eleita pelo Acionista Controlador I  
Conselheira Titular
- ▶ **Brenno Leopoldo Cavalcante**  
Eleito pelo Acionista Controlador I  
Conselheiro Suplente
- ▶ **Luciano José de Araújo**  
Eleito pelo Acionista Controlador I  
Conselheiro Titular
- ▶ **Gustavo Cerqueira Ataíde**  
Eleito pelo Acionista Controlador I  
Conselheiro Suplente
- ▶ **Rafael Rezende Brigolini**  
Eleito pelo Acionista Controlador I  
Conselheiro Titular
- ▶ **Daniel Cardoso Leal**  
Eleito pelo Acionista Controlador I  
Conselheiro Suplente
- ▶ **Ronaldo Dias**  
Eleito pelos acionistas detentores de  
ações ordinárias | Conselheiro Titular

- ▶ **Ricardo José Martins Gimenez**  
Eleito pelos acionistas detentores de  
ações ordinárias | Conselheiro Suplente
- ▶ **Reginaldo Ferreira Alexandre**  
Eleito pelos acionistas detentores de  
ações preferenciais | Conselheiro Titular
- ▶ **Vasco de Freitas Barcellos**  
Eleito pelos acionistas detentores de  
ações preferenciais | Conselheiro Suplente

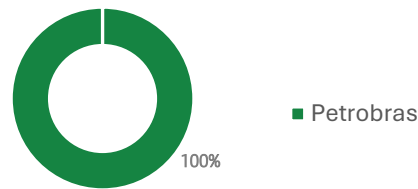
O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

Existe um calendário das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, visando à execução do Plano de Trabalho. Adicionalmente, o Colegiado participa de reuniões conjuntas com o Comitê de Auditoria Estatutário, visando à apreciação de matérias, principalmente aquelas correlacionadas às Demonstrações Financeiras, à Administração de Riscos, Governança e Conformidade.

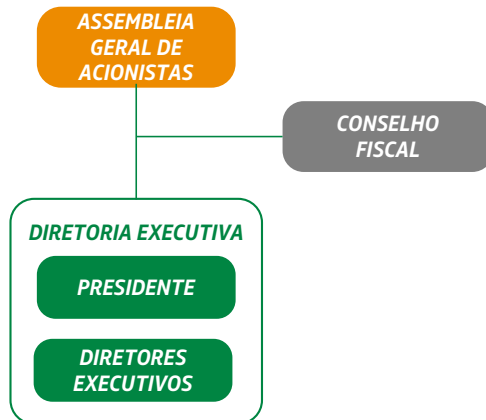
## 3.2. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS PARTICIPAÇÕES DO CONGLOMERADO PETROBRAS

### 3.2.1. Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA

#### Composição Acionária



#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
- Ouvidora-Geral
- Auditoria Interna

<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Ana Claudia Medeiros Borges (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 260.311,63 Menor remuneração: R\$ 260.311,63 Média da remuneração: R\$ 260.311,63
	Alexandre Antonio Bittencour (Suplente)	
	Fabricio Stobienia de Lima (Titular) até 17/08/2025 / Daniel Cardoso Leal (Titular após 18/08/2025)	
	Marcia Ribeiro Abreu (Suplente)	
	Luciana Janaina Fagundes (Titular)	
	Marcos Antonio Gibin (Suplente)	
<b>Presidente e Diretores Executivos:</b>	<b>Marcelo dos Santos Faria (Presidente Interino)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 1.054.095,00 Menor remuneração: R\$ 601.380,36 Média da remuneração: R\$ 788.531,26
	Guilherme Luiz de Carvalho Klingelfus (Diretor Corporativo)	
	Valter Alberto Gomes (Diretor Financeiro)	
	Marcelo dos Santos Faria (Diretor Industrial)	

**DIVERSIDADE CF****6 membros, 2 mulheres**

**Principais atividades:** fabricação e comercialização de fertilizantes, produtos químicos produzidos a partir do petróleo, gás natural e seus derivados e matérias-primas dos produtos mencionados, bem como as atividades decorrentes do desenvolvimento da produção e industrialização destes produtos.

**Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:** em razão do processo de retomada das operações da ANSA, previsto para o primeiro semestre de 2026, informamos que as avaliações dos indicadores de políticas públicas serão reiniciadas após a conclusão dessa etapa. Reforçamos nosso compromisso com a transparência e a responsabilidade social, mantendo o público

informado sobre os avanços e resultados assim que as atividades forem plenamente restabelecidas.

**Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:**

- Impostos e Contribuições (R\$ mil): 19.231

**Destaques Econômicos e Financeiros em 2025:**

- Receita Líquida do exercício (R\$ mil): 1.240
- Em 2025 a ANSA produziu 13.991 toneladas de ARLA 32 (solução de ureia utilizada em veículos a diesel para reduzir a emissão de poluentes atmosféricos, atendendo à legislação ambiental)

**Indicadores ambientais relevantes:**

- Vazamento de Resíduo Oleoso para área não impermeável (VAZO): 0 m<sup>3</sup>
- Água Doce Captada (ADC): 424.611 m<sup>3</sup> (nossa meta limite é 621.292 m<sup>3</sup>)

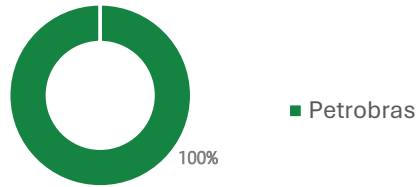
**Inovações e Avanços em Governança Corporativa em 2025:**

- Implementação do portal de transparência da ANSA ([araucarianitrogenados.com.br](http://araucarianitrogenados.com.br)), em dezembro, passando a disponibilizar aos públicos de interesse um conjunto de informações organizadas em dois blocos: o Portal Institucional e o Portal da Transparência.

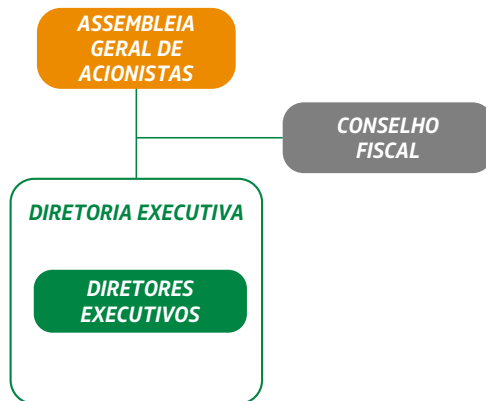


### 3.2.2. Baixada Santista Energia S.A. – BSE

#### Composição Acionária



#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
- Ouvidora-Geral
- Auditoria Interna
- Conformidade
- Riscos

<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>João Eduardo Jost Magalhães (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 27.282,33  Menor remuneração: R\$ 27.282,33  Média da remuneração: R\$ 27.282,33
	Odilanei Moraes dos Santos (Suplente)	
	Edmilson Nascimento das Neves (Titular)	
	Marcus Vinícius Torres Peçanha (Suplente)	
	Thais Riether Vizioli (Titular)	
	André Luiz Greve Pereira (Suplente)	
<b>Diretores Executivos (1):</b>	<b>Aline Dias Leonardi (Diretora Administrativa)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 435.030,51 Menor remuneração: R\$ 386.551,17 Média da remuneração: R\$ 410.790,84
	Marcelo Ferreira Pellegrini (Diretor Técnico)	

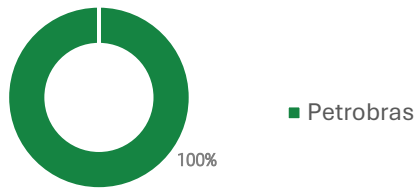
(1) Os membros da Diretoria Executiva exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias pela Baixada Santista Energia S.A. Em 2025, a remuneração dos Diretores foi reembolsada integralmente à Controladora Petrobras.

**Principais atividades:** operação e manutenção de empreendimentos de geração de energia, com o objetivo produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações. Considerando o encerramento e o cumprimento dos objetivos estratégicos previstos quando da definição do modelo de negócios da BSE, a Petrobras iniciou os estudos visando definir os cenários e alternativas de sua otimização societária.

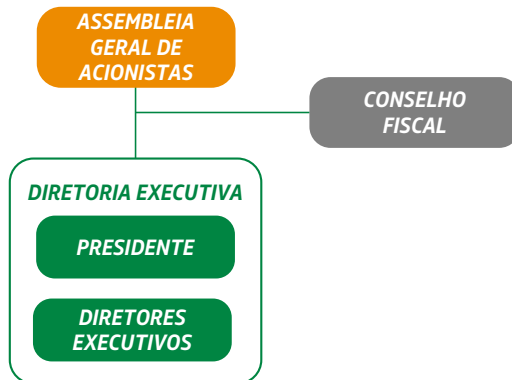


### 3.2.3. Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO

#### Composição Acionária



#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
- Ouvidora-Geral
- Auditoria Interna

<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Cristiano Gadelha Vidal Campelo (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 111.257,12  Menor remuneração: R\$ 35.928,80  Média da remuneração: R\$ 83.442,84
	Elisandra Collaziol (Suplente)	
	Mariana Schirmer de Paula Couto (Titular)	
	Paulo Cícero Silva Neto (Suplente)	
	Júlio César Gonçalves Corrêa (Titular)	
	Luciana Cortez Roriz Pontes (Suplente)	
<b>Presidente e Diretores Executivos:</b>	<b>Alex Sandro Gasparetto (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 1.237.120,14  Menor remuneração: R\$ 1.148.300,54  Média da remuneração: R\$ 1.190.722,88
	Flávio Tomiello (Diretor de Biodiesel)	
	André Bitar Santa Rosa (Diretor Administrativo e Financeiro)	

**DIVERSIDADE CF****6 membros, 1 mulher****DIVERSIDADE DE****3 membros, 1 pessoa autodeclarada negra**

**Principais atividades:** produção, industrialização, comercialização, logística, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis e enxofre, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades ou serviços correlatos.

**Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:** Para o ano de 2026 foi definido o indicador de Total de m<sup>3</sup> de biodiesel entregue ao mercado nacional, tendo como meta 223.706m<sup>3</sup>.

**Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:**

- Impostos e Contribuições (R\$ mil): 283.034

**Destaques Econômicos e Financeiros em 2025:**

- Receita líquida do exercício (R\$ mil): 1.872.764
- Recorde de Produção na Usina de Montes Claros (MG), onde foram produzidos 133.126 m<sup>3</sup> de Biodiesel (FUT de 67%)

**Indicadores ambientais relevantes:**

- intensidade de emissões de gases de efeito estufa relativizado pela produção:

**0,0572 tCO<sub>2</sub>eq/t** produto (nossa meta limite é 0,0678 tCO<sub>2</sub>eq)

- geração de resíduos perigosos: **1.055,32 t** (nossa meta limite é 2.300 t)
- geração de resíduos não perigosos: **117,48 t** (nossa meta limite é 600 t)
- consumo de água: **181.017 m<sup>3</sup>**
- Volume de biodiesel, óleo vegetal, sebo bovino e óleos e gorduras residuais (OGR) vazado para o meio ambiente (em corpos hídricos e em solo não impermeabilizado), em ocorrências com volume maior que 0,159m<sup>3</sup>, mesmo que tenha sido completamente recuperado (VAZB) e Vazamento de Resíduo Oleoso para área não impermeável (VAZO) = **0 (zero)**

**Inovações e Avanços em Governança Corporativa em 2025:**

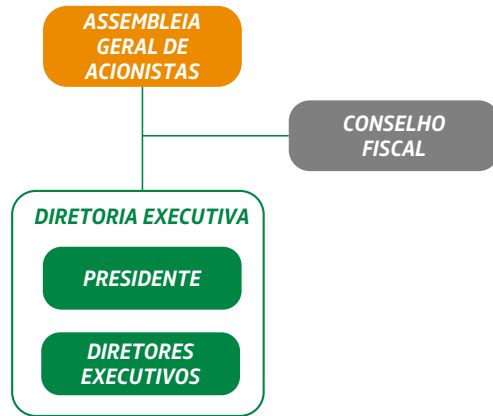
- Implantação do Sistema Atlas para secretariar as Reuniões da Diretoria Executiva, promovendo maior transparência, segurança e eficiência na gestão das informações e deliberações.

### 3.2.4. Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P

#### Composição Acionária



#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
- Conformidade
- Gerenciamento de Riscos
- Ouvidora-Geral
- Auditoria Interna

<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Fábio Marques Aragão da Silva (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 1.549,20 Menor remuneração: R\$ 1.549,20 Média da remuneração: R\$ 1.549,20
	Marco Aurélio Ferreira Martins (Suplente)	
	Fábio Barreto Lourenço (Titular)	
	Rafael Modesto de Oliveira (Suplente)	
	Marcelo Kalume (Titular)	
<b>Presidente e Diretores Executivos:</b>	Rogério Jesus Alves de Oliveira (Suplente)	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 16.782,69 Menor remuneração: R\$ 16.782,69 Média da remuneração: R\$ 16.782,69
	<b>Rodrigo Pimentel Ferreira Leão (Diretor Presidente)</b>	
	Marcelo de Andrade (Diretor Técnico-Comercial)	
	Gustavo Cesar Cotrim Correa da Costa (Diretor Administrativo)	

## DIVERSIDADE CF

6 membros, 1 PCD

**Principais atividades:** comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral, incluindo a comercialização varejista de energia elétrica. Atualmente, a PBEN-P tem projetos para ampliar o uso do gás natural como fonte energia de transição, além de outros para uso do gás natural a partir de biomassa.

**Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:** A PBEN-P ainda não possui indicadores específicos, pois sua operação atual é focada na comercialização de energia para empresas do Sistema Petrobras. Adicionalmente está prospec-

tando oportunidades de negócios em gás e energia renovável, alinhadas aos objetivos estratégicos da Petrobras. Quando forem iniciadas as operações dos novos negócios, há expectativa de uso de indicadores relacionados ao volume de gás comercializado e ao número de novas regiões com atendimento ativo de gás natural.

### Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:

- Impostos e Contribuições (R\$ mil): 30.088

### Destques Econômicos e Financeiros em 2025:

- Receita líquida do exercício (R\$ mil): 175.204

### Inovações e Avanços em Governança Corporativa em 2025:

- Além do desdobramento e aplicação das políticas e diretrizes de Governança da Petrobras, destaca-se a criação de área dedicada à estruturação e manutenção do modelo de governança, gestão e estratégias corporativas, proporcionando maior robustez, integração e sustentabilidade à governança da companhia.







**Principais atividades:** industrialização, transformação e conversão de água e combustíveis em geral, inclusive gás, em energia elétrica e vapor por meio da central termelétrica na cidade de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. Atualmente arrenda seu ativo UTE Termobahia para a Petrobras.

**Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:**

A Termobahia possui atualmente o indicador de Políticas Públicas “Locação do Ativo Operacional – LAO” dentre as metas de remuneração variável da Companhia, que tem a expectativa de atender a meta prevista de R\$ 1,90 milhão/empregado para o ano de 2025. Para 2026, o indicador LAO será substituído pelo indicador de “Valor Agregado Regional”, seguindo as diretrizes da SEST.

**Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:**

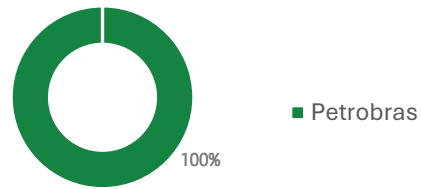
· Impostos e Contribuições (R\$ mil): 29.661

**Destaques Econômicos e Financeiros em 2025:**

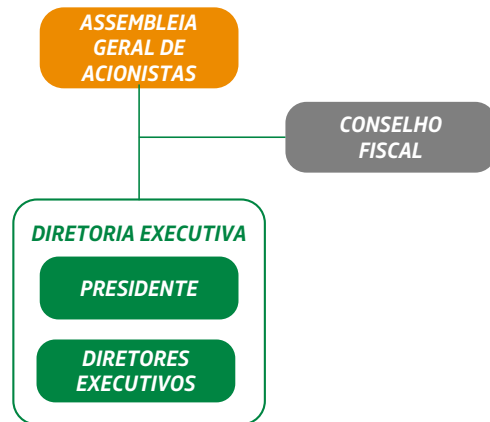
· Receita de arrendamento (R\$ mil): 85.604

### 3.2.6. Termomacaé S.A. – TERMOMACAÉ

#### Composição Acionária



#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
- Ouvidora-Geral
- Auditoria Interna
- Conformidade
- Riscos

<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Bruno Carvalho Baruqui (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 27.282,33 Menor remuneração: R\$ 27.282,33 Média da remuneração: R\$ 27.282,33
	Flavio Bretanha Freire (Suplente)	
	Rafael Menezes Peres (Titular)	
	Cristiano Silveira Freixo (Suplente)	
	João Guilherme de Mendonça Goulart (Titular)	
	Altamiro Lopes de Menezes Filho (Suplente)	
<b>Presidente e Diretores Executivos (1):</b>	<b>Aline Dias Leonardi (Diretora Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 435.030,51 Menor remuneração: R\$ 386.551,17 Média da remuneração: R\$ 410.790,84
	Marcelo Ferreira Pellegrini (Diretor Administrativo)	

(1) Os membros da Diretoria Executiva exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias pela Termomacaé S.A.. Em 2025, a remuneração dos Diretores foi reembolsada integralmente à Controladora Petrobras.

**Principais atividades:** industrialização, transformação e conversão de água e combustíveis em geral, inclusive gás, em energia elétrica e vapor por meio da central termelétrica na cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente arrenda seu ativo UTE Termomacaé para a Petrobras.

#### **Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:**

A Termomacaé possui atualmente o indicador de Políticas Públicas “Locação do Ativo Operacional – LAO” dentre as metas de remuneração variável da Companhia, que tem a expectativa de atender a meta prevista de R\$ 0,51 milhão/empregado para o ano de 2025. Para 2026, o indicador LAO será substituído pelo indicador de “Valor Agregado Regional”, seguindo as diretrizes da SEST.

#### **Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:**

· Impostos e Contribuições (R\$ mil): 16.709

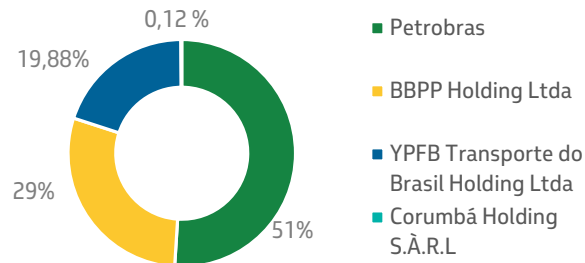
#### **Destaques Econômicos e Financeiros em 2025:**

· Receita de arrendamento (R\$ mil): 62.812



### 3.2.7. Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG

#### Composição Acionária



\*A Corumbá Holding detém a integralidade das ações da BBPP, a Fluxys NV/SA detém 100% das ações da Corumbá.

#### Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):

- Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)

<b>Conselho de Administração:</b>	<b>Gelson Baptista Serva (Presidente do Conselho)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 110.709,51 Menor remuneração: R\$ 100.645,02 Média da remuneração: R\$ 102.036,49 <sup>(1)</sup>
	Hermes Jorge Chipp	
	Suzana Kahn Ribeiro	
	Cilair Rodrigues de Abreu	
	Juan Carlos Ortiz Banzer	
	Matthias Renaat Amandus Ivens <sup>(2)</sup>	
	Sébastien Jean P Lahouste <sup>(2)</sup>	
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Flavio Coelho Veloso (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 100.645,02 Menor remuneração: R\$ 100.645,02 Média da remuneração: R\$ 100.645,02 <sup>(1)</sup>
	Marcelo Pereira de Amorim (Titular)	
	Glauco Porto de Oliveira (Titular) <sup>(3)</sup>	
	Amós da Silva Cancio (Suplente)	
	Luciana dos Santos Uchôa (Suplente)	
<b>Presidente e Diretores Executivos:</b>	<b>Jorge Roberto Abraão Hijjar (Presidente)</b>	<b>Remuneração Anual:</b> Maior remuneração: R\$ 1.236.020,28 Menor remuneração: R\$ 1.062.452,95 Média da remuneração: R\$ 1.571.003,60 <sup>(1)</sup>
	Edson Luis Mendonça Real – Diretor Comercial	
	Henrique Andrade Trinckquel Filho – Diretor Financeiro	
	Gustavo Passos Elias – Diretor Técnico	

(1) Premissa para as informações constante do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP da Comissão de Valores Mobiliários, de 27/02/2025.

(2) Os dois Conselheiros de Administração da BBPP renunciaram ao recebimento de remuneração para desempenho das funções na TBG.

(3) Um Conselheiro Fiscal representante dos acionistas minoritários renunciou ao recebimento de remuneração para desempenho das funções na TBG.



**Principais atividades:** A TBG é gestora e operadora de uma das principais infraestruturas de transporte dutoviário de gás natural do Brasil, com 2.593 km de gasodutos e 15 estações de compressão, atravessando 136 municípios em cinco estados das regiões Sul e Sudeste, que concentram cerca de 54% do PIB nacional.

Sua malha conecta o gás proveniente da Bolívia, a produção nacional do pré-sal (via NTS) e potenciais fontes de GNL aos principais centros de consumo. A operação integra-se à malha nacional, conecta sete distribuidoras estaduais e promove flexibilidade operacional, segurança de suprimento e eficiência no transporte de gás, em linha com seu objeto social de desenvolver, construir e operar infraestrutura essencial no Brasil.

<sup>3</sup> Diretora-Presidente até julho de 2025.

### DIVERSIDADE CA

*8 membros, 2 mulheres, 1 pessoa autodeclarada negra*

### DIVERSIDADE CF

*6 membros, 2 mulheres*

### DIVERSIDADE DE

*4 membros, 1 mulher<sup>3</sup>*

### Indicadores de Desempenho Vinculados às Políticas Públicas:

O desempenho da TBG relacionado às políticas públicas foi acompanhado em 2025 por meio de três indicadores, são eles:

<b>Diretriz de Política Pública</b>	<b>Contribuição da TBG</b>	<b>Indicadores Associados</b>	<b>Meta</b>
<i>Segurança e Continuidade do Fornecimento de Gás Natural</i>	<i>Garantia de continuidade do transporte de gás natural em âmbito nacional</i>	<i>Volume de Gás Natural Vazado</i>	<b>1.850,00 kg</b>
<i>Modicidade Tarifária e Equilíbrio Econômico</i>	<i>Gestão da Receita Máxima Permitida (RMP) e eficiência operacional</i>	<i>Projeto de Reclassificação de Classe de Locação</i>	<b>100,00%</b>
<i>Eficiência Energética e Sustentabilidade</i>	<i>Redução de emissões operacionais e incorporação de gases renováveis</i>	<i>Avanço na Implementação do Plano GEE</i>	<b>100,00%</b>

### Para 2026, serão acompanhados os indicadores abaixo:

- Fator de Disponibilidade Técnica do Gasoduto (FTD): mede a confiabilidade e a prontidão operacional da malha de gasodutos, sendo essencial para a política pública de segurança e continuidade do fornecimento de gás natural;
- Emissões de GEE por km de gasoduto operado (tCO<sub>2</sub>e/km): mensura a intensidade de carbono das operações, refletindo o compromisso da companhia com a eficiência energética e a sustentabilidade; e
- Gás Combustível (%): avalia a eficiência energética do processo de transporte de gás, vinculando-se diretamente à política de eficiência energética e sustentabilidade.

### Contribuição Financeira para a Sociedade em 2025:

- Impostos e Contribuições (R\$ mil): 520.000

### Destaques Econômicos e Financeiros em 2025:

- Receita líquida do exercício (R\$ mil): 1.487.417
- Confiabilidade do Sistema de Compressão (%): 97,4% (97,4%)
- Índice de Impacto ao Meio Ambiente: Zero
- Taxa de Acidentes Registráveis: Zero

### Indicadores ambientais relevantes:

- Confiabilidade do Sistema de Compressão (%): 97,4%
- Índice de Impacto ao Meio Ambiente: Zero

## Inovações e Avanços em Governança Corporativa em 2025:

A TBG se sujeita às obrigações disciplinadas na **Lei nº 14.134/21**, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural (“Lei do Gás”), buscando promover concorrência, livre iniciativa, transparência na formação de tarifas, expansão suficiente do sistema de transporte, qualidade dos serviços e segurança operacional. Nesse sentido, a TBG deve atuar com independência e autonomia em relação à sua acionista majoritária, em relação às suas práticas e relações societárias, contratuais e de gestão, no que se refere aos aspectos concorrenciais entre transportadores e agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural, conforme determina o art. 5º da referida Lei.

Diversas obrigações em matéria de governança asseguram a independência operacional e a autonomia da TBG, de forma a garantir a preservação da concorrência no mercado brasileiro de gás natural, conforme ajustado no Termo de Compromisso de

Cessação, celebrado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a PETROBRAS, em 08/07/19, e nos respectivos aditivos (“TCC do Gás”). Dentre as principais: (i) existência de conselheiros independentes para as vagas da Petrobras no Conselho de Administração da TBG; (ii) Diretor Comercial independente; (iii) independência material (de fato) da Diretoria Comercial da TBG em relação à Petrobras.

Em busca contínua de eficiência e aprimoramento em governança corporativa, a TBG consolidou importantes avanços em 2025, destacando-se como líder nacional em transparência ao conquistar o 1º lugar no Ranking de Transparência Ativa da GCU entre 320 entidades. Atingiu 1.000 pontos no IC-SEST 2025, a pontuação máxima do ciclo, resultado que evidencia a solidez dos seus processos de governança, a qualidade das informações prestadas e a maturidade do modelo de gestão adotado pela Companhia. O IC-SEST é um indicador de conformidade da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

A companhia também aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, reforçando seu compromisso com os dez princípios universais — Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção — e alinhando suas operações aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Além disso, evoluiu seu Relato Integrado, agora em conformidade com as novas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), incluindo as especificidades do setor de Petróleo e Gás (GRI 11).

### 3.3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA PETROBRAS

Somos uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Nossas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural são os principais componentes do nosso portfólio e incluem exploração *offshore* e *onshore*, avaliação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de petróleo e gás natural. Nossas operações estão focadas em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que representaram 98% de nossa produção total em 2025.

Nossos campos mais produtivos estão localizados no pré-sal da Bacia de Santos, abaixo da camada de sal, e na Bacia de Campos, onde produzimos de reservatórios no pré-sal e no pós-sal. Também atuamos em campos maduros em águas rasas e em terra, além de atividades fora do Brasil.

Em decorrência dos mais de 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, desenvolvemos um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, nos tornando

líder mundial nessa classe de ativo, segundo compilação dos dados publicados a partir de base de dados da consultoria Rystad Energy.

A maior parte das nossas reservas provadas está localizada nas bacias *offshore* adjacentes de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Essa proximidade nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 10 refinarias. As refinarias são responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis e petroquímica, por meio de ativos próprios e participações em algumas empresas.



## INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

### a. Produtos e serviços comercializados

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

SEGMENTO	DESCRIÇÃO
<b>Exploração e Produção (E&amp;P)</b>	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas deste segmento no exterior.
<b>Refino, Transporte e Comercialização (RTC)</b>	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, este segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, e produção de fertilizantes da companhia.
<b>Gás e Energias de Baixo Carbono (G&amp;EBC)</b>	Contempla as atividades de comercialização de gás natural, energia elétrica e de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como o processamento de gás natural. O segmento contempla também negócios de energias renováveis, serviço de baixo carbono (CCUS) e a produção e venda de biodiesel de seus coprodutos

*Além disso, a classificação “Corporativo e outros negócios” inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, contas a receber, perdas de crédito esperadas, resultados com derivativos (exceto os de commodities que são apresentados nos respectivos segmentos), overhead relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos. Os outros negócios incluem a distribuição de derivados no exterior (América do Sul).*

### RECEITA PROVENIENTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DA COMPANHIA

Segmento	31/12/2025 (Valores em R\$)	%
E&P	332.813.000.000	66,89%
RTC	469.543.000.000	94,36%
G&EBC	48.462.000.000	9,74%
Corp & outros	1.883.000.000	0,38%
Receita agregada	852.701.000.000	171,37%
Eliminações <sup>(1)</sup>	-355.152.000.000	-71,38%
Consolidado	497.549.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### LUCRO OU PREJUÍZO RESULTANTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NO LUCRO LÍQUIDO DA COMPANHIA

Segmento	31/12/2025 (Valores em R\$)	%
E&P	96.497.000.000	87,24%
RTC	9.625.000.000	8,70%
G&EBC	1.689.000.000	1,53%
Corp & outros	654.000.000	0,59%
Lucro/Prejuízo Agregado	108.465.000.000	98,07%
Eliminações <sup>(1)</sup>	2.140.000.000	1,93%
Consolidado	110.605.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para informações mais detalhadas sobre nossas atividades e de nossas controladas, os nossos mercados de atuação e a diversificação geográfica, ver o Formulário de Referência, disponível em nosso **site de Investidores**.

Em 2025, a Petrobras atingiu uma produção de 2,40 milhões de barris de óleo por dia (bpd), ultrapassando em 0,5 p.p. o limite superior da meta (+4%) estabelecida em seu Plano de Negócios 2025-2029. Esse resultado representa um crescimento de 11% em relação à produção de 2024.

A produção total de óleo e gás natural superou em 2,8 p.p. o limite superior da meta (+4%), alcançando 2,99 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), representando um aumento de 11% em relação à produção de 2024. A produção comercial de óleo e gás natural alcançou 2,62 milhões de boed, superando em 0,9 p.p. o limite superior da meta (+4%) projetada.

Além de superar os *guidances* estabelecidos, as marcas de produção

de óleo, produção comercial e produção total superaram recordes anuais históricos registrados ao longo de uma trajetória de mais de 70 anos. A companhia também estabeleceu no pré-sal novos recordes anuais de produção total própria de 2,45 milhões de boed e operada de 3,70 milhões de boed. O volume de produção no pré-sal representa 82% da produção total da Petrobras.

Em 2025, entraram em operação três novas plataformas no pré-sal da Bacia de Santos: o FPSO Almirante Tamandaré e o FPSO P-78, localizados no campo de Búzios, e o FPSO Alexandre de Gusmão, no campo de Mero. O FPSO Marechal Duque de Caxias, em Mero, alcançou o topo de produção e o FPSO Almirante Tamandaré atingiu recorde de produção, chegando a uma produção média de cerca de 240 mil bpd nos meses de novembro e dezembro, tornando-se a plataforma de maior produção do Brasil.

Além disso, seguiu-se o *ramp-up* dos FPSOs Maria Quitéria, no campo de Jubarte, Anita Garibaldi e Anna Nery, nos campos de Marlim e Voador. O aumento significativo de

eficiência operacional de todas as unidades operacionais foi fundamental para a superação das metas de produção.

Outro destaque do ano foi o atingimento de 1 milhão de barris de óleo por dia de produção operada, no campo de Búzios, com apenas 6 plataformas, o que demonstra a grande produtividade dos poços deste campo. A sétima plataforma, P-78, que entrou em operação em 31 de dezembro, contribuirá para a continuidade da trajetória de crescimento da produção da companhia.

Estes resultados são fruto do esforço integrado da força de trabalho da Petrobras para aumentar a produção e manter o compromisso com a atenção total às pessoas, o respeito ao meio ambiente, a preservação da segurança operacional e a confiabilidade dos ativos.

No segmento de gás natural, a Petrobras diversificou suas fontes de suprimento e ampliou a competitividade do mercado. Foi realizada a primeira importação de gás natural não convencional de Vaca Muerta, na Argentina,

viabilizada pela integração das infraestruturas de transporte entre Argentina, Bolívia e Brasil.

A companhia também assinou contrato de longo prazo com a britânica Centrica para a compra de 0,8 milhão de toneladas por ano de GNL por 15 anos, reforçando a segurança de suprimento, aumentando a competitividade e reduzindo a exposição ao mercado spot. No mercado livre de gás natural, a Petrobras firmou contratos estratégicos com a Portobello, maior consumidora industrial de Santa Catarina, e com a Suzano, possibilitando a migração de cinco plantas da empresa para o ambiente livre em São Paulo, reafirmando a competitividade dos produtos Petrobras no gás natural e a criação de oportunidades para o fornecimento de soluções energéticas de baixo carbono para empresas do parque industrial do Brasil.

Também foi concluído o acordo que permite à PRIO acessar o Sistema Integrado de Escoamento da Bacia de Campos e a Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCAB), localizada em Macaé-RJ, para

escoar o gás produzido nos campos de Frade e Albacora Leste, demonstrando o alinhamento da companhia às diretrizes da Lei do Gás.

No refino, a Petrobras avançou na expansão da capacidade instalada e na produção de combustíveis de menor intensidade de carbono. A Refinaria Abreu e Lima (RNEST) concluiu as obras de modernização do Trem 1 e assinou nove contratos para a retomada da construção do Trem 2, que dobrará a capacidade de processamento para 260 mil barris por dia até 2029, além de gerar cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos durante todo o processo de construção do Trem 2, que, quando pronto, vai acrescentar em torno de 13 milhões de litros de Diesel S10 (de baixo teor de enxofre) por dia à capacidade de produção nacional.

Seguimos firmes no biorrefino, com o grande destaque em 2025 para a produção do primeiro combustível sustentável de aviação (SAF) a receber certificação ISCC-CORSIA na América Latina. A produção foi realizada na Refinaria Duque de Caxias (REDUC), Rio de Janeiro, comercializado

com as distribuidoras e enviado diretamente para o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão). Outras três refinarias estão sendo preparadas para a produção de SAF, antes mesmo da etapa obrigatória pelo CORSIA e do mandato previsto na Lei do Combustível do Futuro (**Lei nº 14.993/2024**), que iniciarão em 2027.

A Revap, em São José dos Campos, produziu em escala industrial o primeiro asfalto com conteúdo renovável do Brasil, o CAP Pro R, incorporando componentes de base vegetal e atendendo às especificações de desempenho e sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental na pavimentação.



Também avançaram as contratações para construção da primeira planta dedicada de BioQAV e diesel renovável (HVO) na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, com capacidade prevista de produção de até 16 mil barris diários de combustíveis renováveis. Avançamos na nossa jornada da transição energética justa, atuando firmemente para que todos possam se beneficiar das novas oportunidades.

Conciliamos a oferta de energia e a redução de emissões com a promoção do desenvolvimento e a redução das desigualdades, por meio de investimentos socioambientais, da avaliação dos riscos sociais em novos projetos e parcerias e do investimento em pesquisa para ofertar energia a custos acessíveis e auxiliar no combate à pobreza energética.

A Petrobras ampliou sua presença internacional com o fortalecimento de parcerias e novos contratos comerciais. A companhia firmou contrato de fornecimento de até seis milhões de barris de petróleo com a estatal indiana *Hindustan Petroleum Corporation*, somando-se aos contratos já existentes com *Bharat Petroleum Corporation* e *Indian*

*Oil Corporation*, consolidando sua atuação junto às três principais refinadoras estatais da Índia. Foram assinados também memorandos de entendimento com as empresas indianas ONGC e *Oil India* para cooperação em exploração e produção, descarbonização, biocombustíveis e novas energias.

Nosso desempenho operacional robusto contribuiu para recordes de exportação de petróleo ao longo do ano, alcançando a marca de 756Mbpd, acompanhando a maior produção de óleo pelo E&P.

Na agenda de transição energética e de inovação, a Petrobras executou iniciativas estruturantes. Em parceria com o BNDES e a Finep, lançou edital para a constituição de um Fundo de Investimento em Participações (FIP) voltado a tecnologias de baixo carbono, com potencial de alcançar R\$ 500 milhões em investimentos. O referido FIP faz parte do *Petrobras Innovation Ventures*, um novo módulo do *Conexões para Inovação*, programa gerido pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes) e que promove uma série de iniciativas para intensificar a integração com o ecossistema

de inovação, em especial com instituições de ciência e tecnologia, universidades, *startups*, empresas de diferentes setores e pesquisadores empreendedores.

No mercado de combustíveis marítimos, a Petrobras, por meio da *Petrobras Singapore (PSPL)*, realizou operações pioneiras de abastecimento de *Very Low Sulfur (VLS) B24*, combustível marítimo com 24 % de biodiesel de segunda geração derivado de óleo de cozinha usado, formulado pela própria PSPL com certificação ISCC EU, para embarcações da *Transpetro* e da *Vale*.

Firmamos um memorando de entendimento com a *Amazon Brasil* para desenvolver soluções de combustíveis de baixo carbono voltadas ao setor de logística, um dos segmentos com maior potencial de redução de emissões no país. A parceria prevê a avaliação conjunta de combustíveis sustentáveis certificados e o desenho de programas-piloto para uso desses combustíveis na rede logística utilizada pela *Amazon*. A iniciativa fortalece o portfólio de combustíveis renováveis da Petrobras, como o *Diesel R*.



Em outra frente, a Refinaria Riograndense realizou teste bem-sucedido de coprocessamento de bio-óleo de eucalipto, tornando-se a primeira do país apta a produzir combustíveis com conteúdo celulósico, utilizando tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

Em dezembro de 2025, a Petrobras firmou parceria estratégica com a Lightsource bp, líder global no desenvolvimento, construção e operação de soluções de projetos de energias renováveis *onshore* de grande escala e armazenamento de energia. A joint venture firmada por meio da aquisição, pela Petrobras, de 49,99% das subsidiárias da Lightsource bp no Brasil, marca a entrada da companhia no segmento de geração solar em larga escala e de armazenamento de energia ampliando sua atuação no mercado de fontes renováveis no Brasil.

Nossa companhia foi um dos grandes destaques do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2025, promovido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em (5/12).

Conquistamos quatro troféus em diferentes categorias, em parceria com universidades e outras empresas. Além das categorias técnicas, a diretora de Exploração e Produção, Sylvia Anjos, foi homenageada com o prêmio Personalidade do Ano da Indústria de Petróleo e Gás, concedido a lideranças que se destacam pela contribuição relevante ao desenvolvimento da indústria de petróleo, gás e energia.

Em sua 11ª edição, o Prêmio ANP registrou 118 trabalhos concorrentes nas categorias de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), dos quais 81 foram apresentados pela Petrobras. Em 2025, a companhia conquistou 4 das 6 categorias do evento.

Como marca do nosso compromisso perene com inovação e desenvolvimento tecnológico, no ano de 2025, foram depositados 184 pedidos de patentes no

Brasil e 178 no exterior, totalizando 362 depósitos de patentes, superando, pelo quinto ano consecutivo, nosso recorde de depósitos de pedidos de patentes no Brasil em um único ano.

Esses principais resultados evidenciam a Petrobras mais sólida, resiliente e capaz de gerar valor a longo prazo para seus acionistas e para a sociedade, bem como o seu posicionamento assertivo frente aos inúmeros desafios impostos por um mundo em transição.

As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, constam de nossas Demonstrações Financeiras, disponíveis em nosso **site de Investidores**.

Os comentários mais detalhados dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2025 estão disponíveis no Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, disponíveis em nosso **site de Investidores**.

## 3.4. FATORES DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA PETROBRAS

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico. A gestão de riscos é integrada com a orientação de ações de resposta a riscos que considerem os possíveis impactos nos nossos *stakeholders* e voltada para a preservação ou agregação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

A área corporativa de gestão de riscos coordena nosso processo de gestão de riscos, definindo uma metodologia integrada e sistêmica. Isso permite a padronização das nossas análises e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na

estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que, na prática, compreende o Conselho de Administração (CA), a Diretoria Executiva (DE), o Comitê Executivo de Riscos (CE-Riscos), os titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes envolvidas. Como parte fundamental, a Auditoria Interna, órgão independente e subordinado diretamente ao CA, avalia, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomenda melhorias.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são realizados pelas unidades organizacionais, em articulação com a Gerência Executiva de Riscos Empresariais. O monitoramento da gestão e da mitigação dos riscos de maior severidade relacionados à sustentabilidade é uma das responsabilidades do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do CA. Este Comitê também tem o papel de propor ações preventivas, corretivas, quando necessário, e de reportar suas análises ao CA.

Alguns riscos, independentemente de sua origem, são considerados estratégicos e priorizados conforme sua relevância para o atendimento dos objetivos estratégicos da companhia. Esses riscos são reportados trimestralmente ao Comitê Executivo de Riscos (CE-Riscos), à Diretoria Executiva (DE), ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Conselho de Administração (CA). Por sua vez, riscos altos e muito altos são reportados mensalmente ao CAE.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de risco e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

**Assim, a nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:**

## GOVERNANÇA DE GESTÃO DE RISCOS



As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado, quando aplicável.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na companhia os riscos e as ações de resposta são considerados de forma sistemática em cada alternativa de decisão.

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e à corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

### OPERACIONAL

*Reúne riscos decorrentes das nossas atividades-fim, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.*

### FINANCEIRO

*Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.*

### CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

*Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.*

Para cada agrupamento de riscos, são definidas as linhas mestras para o gerenciamento dos riscos associados a estes grupos de categorias:

- » **Agrupamento Financeiro:** nós gerenciamos nossos riscos de forma a garantir a nossa liquidez e a buscar um nível de alavancagem adequada ao setor em que atuamos, mantendo nível de investimentos que assegure a geração de valor e remuneração para os acionistas de maneira sustentável, perseguindo sempre maior eficiência operacional com foco

na redução de custos, sem renunciar à segurança e da conformidade, e controlando nossa exposição nas atividades comerciais e bancárias;

- » **Agrupamento Conformidade, Legal e Regulatório:** nós não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de nossas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento dos nossos empregados, parceiros e fornecedores;
- » **Agrupamento Operacional:** nós gerenciamos nossos riscos de forma a minimizar falhas operacionais, e garantir a continuidade dos negócios, visando o alcance dos nossos objetivos estratégicos e buscando, de forma incessante, a proteção da vida, saúde e segurança da nossa força de trabalho, das comunidades e dos demais públicos impactados por nossas operações, assim como a preservação do meio ambiente.

## FATORES DE RISCO

A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem afetar nosso desempenho. Para acessar a descrição completa dos nossos fatores de risco e riscos de mercado, recomendamos consultar os relatórios disponibilizados em nosso **site de Investidores**, como o Relatório de Sustentabilidade, o Formulário de Referência e o Form 20-F.

Por meio destes relatórios, publicados tempestivamente às nossas partes interessadas, é possível observar, de maneira consolidada, as melhores informações sobre o estado atual dos riscos, bem como as mitigações em andamento de acordo com a temática de cada documento. Dessa forma, promovemos uma visão abrangente e assertiva no âmbito da comunicação externa dos riscos empresariais.

## CONTROLES INTERNOS

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e pela manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com o objetivo de fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade desse processo, de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela CVM.

Avaliamos a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros em 31/12/2025 e com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências do sistema de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31/12/2025.

Para mais informações sobre nosso gerenciamento de riscos e controles internos, consulte o Formulário de Referência, disponível em nosso **site de Investidores**.



## 3.5. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS

A estratégia de remuneração dos administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

Os nossos objetivos da prática de remuneração são reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva (DE), considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos

administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazo.

Os valores praticados são estabelecidos a partir das orientações da SEST e aprovados em Assembleia Geral, sempre alinhados à política de remuneração vigente. Paralelamente, apresentamos à SEST propostas de ajustes salariais decorrentes dos resultados de estudos técnicos sobre a aferição do nível de competitividade da remuneração ofertada aos nossos administradores. Tais estudos baseiam-se em resultados de pesquisas de

remuneração desenvolvidas por consultorias especializadas, considerando empresas de diversos segmentos de atuação (Mercado Químico/Petroquímico, Mercado Grandes Grupos Nacionais, Mercado Empresas com Faturamento acima de R\$ 5 Bi e Mercado Geral), porém, de porte e faturamento similares.

Anualmente, a remuneração dos membros da DE é proposta pelo Comitê de Pessoas (COPE) ao CA e definida pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da **Lei nº 6.404/1976** (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com as orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho de Administração são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhados às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com a manifestação da SEST, que, conforme esclarecido,



tem competência para manifestar-se sobre a prática de remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais dessas empresas.

Anualmente a remuneração dos membros do CA é proposta pelo COPE e definida pela Assembleia-Geral de acordo com o artigo 152 da **Lei nº 6.404/1976**, com a **Lei nº 9.292/1996** e em conformidade com as orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

O artigo 1º da **Lei nº 9.292/1996** estabelece que a remuneração dos membros do CA de sociedades de economia mista, como a Petrobras, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

A nossa presidente é um dos membros do CA, e, portanto, também remunerada por tal participação.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos comitês

de assessoramento do CA não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho Fiscal (CF) são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhados às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com o artigo 162, §3º da **Lei nº 6.404/1976** e o artigo 1º da **Lei nº 9.292/96**.

A composição da remuneração do CF é definida por deliberação da Assembleia-Geral, de acordo com o artigo 162, §3º da **Lei nº 6.404/1976** e artigo 1º da **Lei nº 9.292/1996**.

A Assembleia-Geral Ordinária (AGO), realizada em 16/04/2025, deliberou a respeito da fixação da remuneração dos Administradores, dos membros do CF e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao CA nos termos do

voto da União, seguindo orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026: de até R\$ 47.568.943,08 a ser paga aos administradores; de até R\$ 1.398.882,90 a ser paga ao Conselho Fiscal; de até R\$ 3.637.094,82 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); de até R\$ 4.476.424,38 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO); e de até R\$ 2.797.768,80 a ser paga aos demais comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.

A remuneração individual máxima, mínima e média do CA, da Diretoria Executiva e do CF encontra-se a seguir. Outras informações sobre remuneração, bem como a composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Formulário de Referência e em nosso **site de Investidores**.

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal<sup>1</sup>:

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	8,92	9,00	9,00
Valor da maior Remuneração <sup>2</sup>	3.027.442,37	3.035.922,96	2.754.629,80
Valor da menor Remuneração <sup>3</sup>	2.392.594,07	2.436.930,38	148.387,62
Valor médio da Remuneração	3.310.628,63	3.317.994,68	3.748.138,85
Valores Anuais (R\$) <sup>4</sup>	Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	11,00	11,00	11,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	6,33
Valor da maior Remuneração	188.948,80	163.937,58	155.176,71
Valor da menor Remuneração	171.772,62	158.435,94	155.176,71
Valor médio da Remuneração	173.620,07	167.702,64	156.282,25
Valores Anuais (R\$) <sup>5</sup>	Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,92	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	4,92	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração	171.772,62	180.331,38	155.176,71
Valor da menor Remuneração	171.772,62	163.937,58	155.176,71

Nosso **Portal da Transparência** apresenta maior detalhamento da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais.

(1) A apuração dos valores, líquidos de encargos (INSS e/ou FGTS), encontra-se em conformidade orientações da CVM contidas no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL - 2025-CVM/SEP, de 27/02/2025.

(2) Diretoria Executiva: A Maior Remuneração corresponde a membro que atuou por 4 meses durante o exercício correspondente.

(3) Diretoria Executiva: A Menor Remuneração corresponde a membro que atuou por 12 meses durante o exercício correspondente.

(4) Conselho de Administração: A Maior e Menor Remuneração correspondem a membros que atuaram por 12 meses durante o exercício correspondente.

(5) Conselho Fiscal: A Maior e Menor Remuneração correspondem a membros que atuaram por 12 meses durante o exercício correspondente.

## INDICADORES OBJETIVOS – MÉTRICAS DE TOPO

---

Anualmente, a Petrobras realiza o desdobramento do Plano Estratégico (PE) e do Plano de Negócios (PN) em indicadores objetivos, denominados de métricas de topo, que impactam diretamente a remuneração variável de todos os diretores e empregados da companhia.

As métricas de topo da Petrobras, aprovadas juntamente com o Plano Estratégico e/ou o Plano de Negócios, fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos da companhia e são compartilhadas com todas as unidades organizacionais.

As métricas e seus respectivos pesos orientados para as participações do sistema, incluindo as sociedades do Conglomerado Petrobras, são desdobradas diretamente das métricas de topo da Diretoria Executiva.

O Plano Estratégico 2050 e o PN 2025–29, vigente no ano de 2025, estabeleceram

duas métricas de topo correlacionadas com as políticas públicas prioritárias mencionadas como Entregas de Valor Público da Petrobras: o Índice de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) e o Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA). Estes indicadores refletem o alinhamento da Petrobras aos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade, bem como da função social da Petrobras, conforme descrito a seguir:

### a) o IAGEE contribui para:

(i) monitorar a emissão direta de gases de efeito estufa para atmosfera em relação aos limites de alerta estabelecidos para essas emissões nos negócios de E&P e Refino;

(ii) o desenvolvimento da sociedade, fornecendo a energia que a coloca em movimento, ao mesmo tempo em que promovemos a descarbonização das nossas operações, reduzindo a intensidade de carbono de nossas emissões;

(iii) entregar ao Brasil e ao mundo uma energia competitiva e com baixa emissão de carbono, contribuindo para um futuro próspero e sustentável; e

**b) o ICMA mede o total de volume de óleo e derivados vazado considerando as ocorrências acima de um barril (159 litros) e que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado e é aderente aos esforços da União, Estados e Municípios para redução da poluição dos recursos hídricos, dos oceanos e do solo. Essa métrica permite indicar a efetividade das ações de segurança operacional nas atividades da companhia e a proteção ao meio ambiente e avaliar o desempenho da Petrobras frente as demais empresas do setor, por se tratar de indicador com identidade padronizada. O ICMA é um instrumento de incentivo/acompanhamento para ambição de zero vazamento da Petrobras.**

Neste sentido, a Petrobras propôs, em linha com seu plano estratégico e após a manifestação do MME e da SEST, o uso das métricas de IAGEE e ICMA, no programa de remuneração variável da companhia, tendo em vista se tratar de indicadores que:

(i) **melhor apuram a contribuição das áreas na geração de valor e no cumprimento das principais estratégias da Petrobras;**

(ii) **possuem abrangência e possibilidade de desdobramento, e;**

(iii) **estão alinhados a objetivos de Políticas Públicas.**

As métricas descritas foram apuradas para o ano de 2025 e obtiveram o seguinte resultado:

No que se refere à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, a Companhia superou sua meta consolidada do Índice de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE), uma vez que as emissões ficaram abaixo dos

respectivos limites de alerta estabelecidos para o ano, tanto no E&P (resultado de 14,7 kgCO<sub>2</sub>e/boe e limite de alerta de 15 kgCO<sub>2</sub>e/boe), quanto no Refino (resultado de 36,7 kgCO<sub>2</sub>e/CWT e limite de alerta de 36,8 kgCO<sub>2</sub>e/CWT). Entre as ações implementadas, destacam-se, no segmento *upstream*, a otimização da operação de turbogeradores e operacionalização de FGRUs (*Flaring Gas Recovery Units*), unidades que recuperam parte da corrente de gás que seria direcionada para o flare, reintegrando-a ao processo.

No Refino, sobressaem as ações voltadas para a eficiência energética e para a manutenção dos equipamentos, ambas essenciais para o aprimoramento da eficiência operacional. Já o Volume de Óleo e Derivados Vazados (VAZO) registrado em 2025 foi de 3,01 m<sup>3</sup>, ficando 97% abaixo do limite de alerta de 108 m<sup>3</sup> estabelecido para o ano, o que representa o melhor resultado da Companhia em uma série histórica de 10 anos.

De forma a explicitar o compromisso assumido pela Petrobras em seu Planejamento Estratégico e a consecução

destes compromissos, o Conselho de Administração realiza a promoção da avaliação das métricas de topo, em atendimento ao § 2º do artigo 23 da **Lei nº 13.303/2016** e publica em sítio eletrônico as conclusões acerca do alcance das metas, além de realizar o encaminhamento das conclusões para o Congresso Nacional e para o Tribunal de Contas da União.

A conclusão da avaliação quanto ao atingimento das metas pode ser observada em nosso **site de Investidores**.



## 3.6. INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA DA PETROBRAS

### *Destacamos a seguir os principais reconhecimentos obtidos por nossos compromissos e avanços em governança, em 2025:*

A Petrobras alcançou classificação de excelência nas três dimensões avaliadas no 7º ciclo do **IG-SEST** (Indicador de Governança e Políticas Públicas, em 2025, reafirmando o compromisso da Companhia com os mais elevados padrões de governança, transparência e criação de valor público. No eixo Governança Corporativa, a avaliação reconheceu a maturidade e efetividade dos instrumentos adotados, destacando a robustez de nossa estrutura, dos mecanismos de gestão de riscos, dos controles internos, integridade e da conformidade. Na dimensão Políticas Públicas, a Companhia foi reconhecida pela consistência e transparência na divulgação dos impactos de suas atividades em diversas políticas públicas. Já na dimensão Boas Práticas e Inovação, o resultado de excelência evidencia a capacidade da Petrobras de incorporar soluções inovadoras e práticas de gestão alinhadas à agenda

ASG, fortalecendo sua atuação como empresa estatal moderna, eficiente e orientada para o futuro. Esse desempenho destaca a Petrobras como referência nacional em governança e gestão pública corporativa, consolidando sua trajetória de aprimoramento contínuo e geração de valor para a sociedade brasileira.

Em 2025, a Petrobras conquistou o selo Ouro no ranking de Transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). O PNTP avalia o nível de transparência ativa dos portais eletrônicos dos órgãos públicos, num processo que envolve a autoavaliação das próprias entidades, a validação por auditores do TCU e a revisão por uma comissão de garantia de qualidade. A companhia passou do selo Prata (2024) para a faixa “Ouro”, com índice de transparência de 87,6%, pois 100% dos critérios essenciais foram alcançados. O portal da Petrobras foi avaliado em dimensões como informações prioritárias e institucionais; planejamento e prestação de contas; LGPD e governo digital; acessibilidade; Ouvidoria, entre outros.

Em julho de 2025, conforme divulgado no **Informe CBGC**, a companhia manteve 96% de atendimento às regras sugeridas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), superior à média geral (68,2%) e aos segmentos de empresas estatais (79,8%) e empresas de óleo e gás (76,1%), conforme divulgado pelo IBGC. O CBGC reúne princípios, fundamentos e práticas recomendados para a governança corporativa de companhias de capital aberto.

Em agosto de 2025, pelo segundo ano consecutivo, a Petrobras foi reconhecida como empresa líder do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do na edição 2025 do Anuário Integridade ESG, conforme levantamento do **Anuário**.

Fomos reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, como destaque de boas práticas de governança, integridade e transparência, na categoria de Estatais e Sociedades de Economia Mista do Prêmio Rede Governança Brasil – RGB. A premiação da RGB é um evento de referência nacional que valoriza organizações públicas

que se destacam na adoção de práticas de governança essenciais ao desenvolvimento sustentável, à equidade social e à defesa dos direitos humanos.

Fomos reconhecidos pelo Pacto Global – Rede Brasil, no âmbito do Movimento Transparência 100%, como uma das empresas que se destacam por suas boas práticas de integridade. Este reconhecimento ocorreu durante o Fórum Ambição 2030, em junho de 2025, e destaca nossa atuação na Meta 3 da iniciativa, que prevê o treinamento em integridade de 100% da cadeia de valor de alto risco até 2030. A prática premiada, “Nova Metodologia de Treinamento para Fornecedores Relevantes”, reflete nosso compromisso como signatários do 10º Princípio do Pacto Global, bem como nosso alinhamento com a Agenda 2030 e com a promoção de práticas sustentáveis em nossa cadeia de fornecimento.

Adicionalmente, pelo nono ano consecutivo, conquistamos o Troféu Transparência, prêmio da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração

e Contabilidade (Anefac) concedido às empresas brasileiras que apresentam a melhor qualidade e transparência em suas demonstrações financeiras. A classificação é realizada com base em uma rigorosa análise técnica das demonstrações financeiras publicadas por empresas sediadas no Brasil que operam nos setores comercial, industrial e de serviços. São avaliados critérios como transparência, clareza e consistência das informações, aderência às normas contábeis, entre outros.

Outras boas práticas de governança da Petrobras e seu Conglomerado

A Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos administradores, conselheiros fiscais e membros de comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração da Petrobras e seu Conglomerado, ocorre anualmente, e observa os seguintes quesitos mínimos estabelecidos na **Lei nº 13.303/16**:

- a. **exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;**

- b. **contribuição para o resultado do exercício; e**
- c. **consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.**

Na Petrobras, os critérios e a metodologia para avaliação anual são submetidos ao Comitê de Pessoas, uma vez que o referido órgão, atuando como Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, na forma do art. 21, III do **Decreto 8.945/16**, é responsável por verificar a conformidade do processo de Avaliação de Desempenho. Além disso, os resultados dessas avaliações são analisados pelo referido Comitê e, após a validação da conformidade do processo, encaminhados ao Conselho de Administração (CA) para a identificação de eventuais oportunidades de melhoria. Maior detalhamento acerca do processo de Avaliação de Desempenho pode ser verificado no **Formulário de Referência**.

Os administradores e conselheiros fiscais da Petrobras e seu Conglomerado, na posse e anualmente, participam de treinamento obrigatório. O TOPE aborda temas sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta; **Lei nº 12.846/2013** (Lei Anticorrupção) e demais assuntos relacionados às nossas atividades. Os administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.

Temos um **Canal de Denúncia** externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas: português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano.

A remuneração variável do presidente e dos diretores executivos da Petrobras é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. O pagamento é diferido em cinco anos, desde que seus pré-requisitos e metas estabelecidos sejam alcançados.

As principais decisões da Petrobras são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) ou compartilhadas, sendo necessários pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no *four-eyes principle* (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle do nosso processo decisório.

Para conhecer o **Código de Boas Práticas**, que reúne políticas corporativas da Petrobras, tais como a política de governança corporativa e societária, de gestão de riscos empresariais, de compliance, de remuneração aos acionistas e de indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal, acesse nosso **site de Investidores**.

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o CBGC, no Formulário de Referência e nossos principais instrumentos de governança corporativa em nosso **site de Investidores**.

Informações mais detalhadas sobre a governança corporativa das sociedades do Conglomerado Petrobras podem ser obtidas no **site Empresas do Sistema Petrobras**.



# Plano de Saúde



Nosso Plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) é operado desde 2021 pela Associação Petrobras de Saúde (APS). Em 2025, a APS encerrou o ano com 258.905 beneficiários distribuídos em todos os estados da federação.

Em 2025, foram implementadas melhorias significativas na gestão do plano de saúde, com foco na eficiência de custos e melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários. Dentre os principais resultados podemos destacar:

- » Em 2025, a APS alcançou a nota 0,8907 (sendo 1,0 a nota máxima) no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, superando o resultado de 2024 (0,8378). Pelo terceiro ano consecutivo, o plano permaneceu na faixa mais alta de avaliação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, posicionando-se entre os melhores planos do mercado de saúde suplementar;

- » Crescimento de 93% da adesão dos beneficiários ao Programa Cuidar - Atenção Primária que visa a promoção da saúde preventiva, oferecendo atendimento remoto e presencial, a depender da localidade do beneficiário, com destaque para a inauguração da unidade no Rio de Janeiro e em Brasília;
- » Implantação do “**Programa Transcuidar**”, linha de cuidado dedicada ao acolhimento de pessoas trans, garantindo a cobertura de procedimentos relacionados ao processo de afirmação de gênero e promovendo um atendimento inclusivo e acolhedor;
- » Aumento da satisfação dos beneficiários no atendimento prestado através dos canais de comunicação da operadora, especialmente após o retorno do atendimento presencial desde 2024;
- » Ampliação da rede credenciada garantindo maior acesso a cuidados essenciais, com mais locais de atendimento e opções de agendamento.

Em 2025 foi negociado Acordo Coletivo de Trabalho com o compromisso de alteração na regra de rateio do Plano AMS, passando a considerar, para fins de cálculo, tanto as despesas assistenciais quanto os custos administrativos, de modo que a proporção de 70% dos custos da patrocinadora e 30% dos beneficiários, incide agora sobre o custo total do plano.

Em cumprimento à **Resolução CGPAR nº 36/2022**, artigo 4º, que dispõe sobre rotinas de avaliação e monitoramento da gestão das operadoras de autogestão, informamos que a Petrobras cumpre as exigências regulatórias da legislação da saúde suplementar enquanto patrocinadora da Associação Petrobras de Saúde (Saúde Petrobras). As informações contábeis da Associação Petrobras de Saúde estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, no nosso **site de Investidores**.



SUBSCRIÇÃO PELO

# Conselho de Administração



*Esta Carta Anual é subscrita pelo Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, na qualidade de controladora, e as informações fornecidas pelas participações do Conglomerado Petrobras que aderiram ao documento foram aprovadas previamente pelos órgãos de governança competentes de cada sociedade, conforme respectivas composições vigentes.*

## ANEXO 1

RAZÃO SOCIAL	SIGLA	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL NO SISTEMA PETROBRAS	PARTICIPANTE DIRETO DO SISTEMA PETROBRAS	ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO
ARAUCARIA NITROGENADOS S.A.	<b>ANSA</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.	<b>BSE</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
BRASKEM S.A.	<b>BRASKEM</b>	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	AÇÕES EM TESOURARIA	0,19 (PN)
				Novonor S.A.	50,11 (ON)
				Novonor S.A.	22,92 (PN)
				OUTROS	2,86 (ON)
				OUTROS	38,05 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	47,03 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	21,93 (PN)
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	<b>BRASOIL</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
				SALDO DO PROGRAMA DE ADRs	16,92 (PN)

## ANEXO 1

BRASYMPE ENERGIA S.A.	BRASYMPE	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Brazil Energy S.A.	26,67
				MPE Participações Especiais S.A.	26,67
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	20,00
				SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A.	13,33
				Sotreqpar S.A.	13,33
COMPANHIA DE COQUE CALCINADO DE PETRÓLEO S.A.	COQUEPAR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	10,00
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	45,00
				UNIMETAL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	45,00
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE	COPENOR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	100,00 (ON)
				METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	97,31 (PN)
				OUTROS	2,69 (PN)
COMPAÑÍA MEGA S.A.	MEGA	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	DOW INVESTMENT ARGENTINA S.A.	28,00
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	34,00
				YPF S.A.	38,00
DRILL SHIP INTERNATIONAL B.V.	DSI BV	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
ENERGÉTICA SUAPE II S.A.		Coligada		PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	20,00

## ANEXO 1

	<b>ENERGÉTICA SUAPE II</b>		PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	SAVANA SPE INCORPORAÇÃO LTDA	80,00
FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A.	<b>FCC</b>	Operações em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	KETJEN BRAZIL HOLDINGS LTDA.	50,00
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50,00
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO- PADRONIZADOS DO SISTEMA PETROBRAS	<b>FIDC NP</b>	Entidade Estruturada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACIONISTAS MINORITARIOS	9,91
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	90,09
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RB LOGISTICA	<b>FII RBL</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PENTAGONO SA DTVM	0,85
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	99,15
PETROBRAS BIOECONOMIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	<b>BIOECONOMIA FIDC</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACIONISTAS MINORITÁRIOS	50,99
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	49,01
GAS TRANSBOLIVIANO S.A.	<b>GTB</b>	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	2B Ametrino AB	38,00
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	11,00
				YPFB TRANSPORTE S.A.	51,00
GUARA B.V.	<b>GUARA BV</b>	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG OVERSEAS HOLDINGS LIMITED	30,00
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	45,00
				REPSOL BRASIL B.V.	25,00
IARA B.V.	<b>IARA BV</b>	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG Gas Netherlands Holdings B.V.	4,30
				Galp Sinopec Brazil Services B.V.	1,72
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	90,11
				TOTAL BRAZIL SERVICES B.V.	3,87
LOGUM LOGISTICA S.A.	<b>LOGUM</b>			COPERSUCAR S.A.	30,00

## ANEXO 1

		Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	30,00
				RAÍZEN ENERGIA S.A.	30,00
				UNIDUTO LOGÍSTICA S.A.	10,00
METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	METANOR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BMF B AS BVMF ADM CART 2107 5	8,39 (PN)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	50,00 (ON)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	43,22 (PN)
				MAX PASKIN	14,28 (PN)
				OUTROS	7,24 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50,00 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	26,85 (PN)

## ANEXO 1

MP GULF OF MEXICO, LLC.	MPGoM	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS AMERICA INC.	MURPHY EXPLORATION & PRODUCTION COMPANY - USA	80,00
				PETROBRAS AMERICA INC.	20,00
NITROCLOR PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	NITROCLOR	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BRASKEM S.A.	10,45
				ODEBRECHT S.A.	50,75
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	38,80
OGCI CLIMATE INVESTMENTS LLP	OGCI CI	Coligada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	BP Technology Ventures Limited	9,09
				Chevron Products UK Ltd	9,09
				Eni UK Limited	9,09
				Equinor New Energy Limited	9,09
				ExxonMobil Engineering Europe Limited	9,09
				Oxy Climate Ventures, Inc.	9,09
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	9,09
				Repsol Energy Ventures, S.A.	9,09
				SAEV Guernsey I Ltd	9,09
				SHELL	9,09
				Total Holdings UK Limited	9,09
P&M DRILLING INTERNATIONAL B.V.	PMDI	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	DRILLSHIP INVESTMENT B.V.	49,44
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	50,56
PAPA-TERRA B.V.	PAPA-TERRA BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	CHEVRON GLOBAL ENERGY INC.	37,50
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	62,50
PETROBRAS AMERICA INC.	PAI	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.	PBIO	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00

## ANEXO 1

PETROBRAS BOLIVIA DISTRIBUCION S.A.	PBD	Controlada	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	99,99
				PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	0,01
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,01
PETROBRAS BOLIVIA S.A.	PEB	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	0,20
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	99,60
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,20
PETROBRAS COLOMBIA COMBUSTIBLES S.A.	PECOCO	Controlada	PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	0,10
				PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	90,91
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	8,80
				PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	0,10
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,10
PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	PBEN-P	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	PVIE	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
Petrobras Engineering Services (Shanghai) Company Limited	PB-CHINA	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00

## ANEXO 1

PETROBRAS EUROPE LIMITED	<b>PEL</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS FRADE INVERSIONES S.A.	<b>PFISA</b>	Controlada	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	100,00
PETROBRAS GLOBAL FINANCE B.V.	<b>PGF BV</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V.	<b>PGT BV</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	<b>PIB BV</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.	<b>PB-LOG</b>	Controlada	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.-	100,00
PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	<b>PB-MEX</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	99,97
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,03
PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	<b>PNBV</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS OPERACIONES S.A.	<b>POSA</b>	Controlada		PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	5,00

## ANEXO 1

			PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	95,00
PETROBRAS SINGAPORE PRIVATE LIMITED	<b>PSPL</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	<b>TRANSPETRO</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100,00
PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	<b>PUSAI</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROBRAS URUGUAY SERVICIOS Y OPERACIONES S.A.	<b>PUSO</b>	Controlada	PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	100,00
PETROBRAS VENEZUELA INVERSIONES Y SERVICIOS, S.A.	<b>PEVISA</b>	Controlada	PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	100,00
PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	<b>PVIS BV</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	<b>PETROCOQUE</b>	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50,00
				UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	50,00
PETROLEUM MIDDLE EAST B.V.	<b>PEMID</b>	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100,00
PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.	<b>PETRONECT</b>	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACCENTURE DO BRASIL SA	19,00 (ON)
				ACCENTURE DO BRASIL SA	3,00 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	49,00 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	95,00 (PN)
				SAP BRASIL LTDA	2,00 (PN)

## ANEXO 1

				SAP BRASIL LTDA	32,00 (ON)
PTD SERVICIOS MULTIPLES S.R.L. DE C.V.	PTD	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	D&S PETROLEUM, S.A. DE C.V.	15,00
				PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	45,00
				TEIKOKU OIL DE BURGOS S.A. DE C.V.	40,00
REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.	RPR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACIONISTAS MINORITARIOS	0,59 (PN)
				BRASKEM PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33 (ON)
				BRASKEM PARTICIPAÇÕES S.A.	33,14 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	33,33 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	33,14 (PN)
				ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33 (ON)
				ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	33,14 (PN)
RONCADOR B.V.	RONCADOR BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	Equinor Holding Netherlands B.V.	25,00
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	75,00
TERMOBAHIA S.A.	TERMOBAHIA	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	98,85
				PETROS	1,15
TERMOCABO S.A.	TERMOCABO	Empreendimentos Controlados em Conjunto	BRASYMPE ENERGIA S.A.	BRASYMPE ENERGIA S.A.	60,00
				Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL	24,00
				OZ & M Incorporação Participação Ltda	2,00
				SZF Participações Ltda	14,00
TERMOMACAÉ S.A.	TERMOMACAÉ	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	100,00

## ANEXO 1

TRANSPETRO BEL 09 S.A.	<b>TRANSBEL</b>	Controlada	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	100,00
TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.	<b>TI BV</b>	Controlada	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	100,00
TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S.A.	<b>TBG</b>	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BBPP Holdings Ltda.	29,00
				Corumba Holding S.A.R.L.	0,12
				PETROBRAS BRASILEIRO S.A.- PETROBRAS	51,00
				YPFB TRANSPORTE S.A.	19,88
TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A.	<b>TSB</b>	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	25,00
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	25,00
				REPSOL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA.	25,00
				Total Gas & Power Brazil	25,00
TUPI B.V.	<b>TUPI BV</b>	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG Gas Netherlands Holdings B.V.	23,15
				Galp Sinopec Brazil Services B.V.	9,26
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	67,59

Data base das informações: 12/03/2026

## ANEXO 2

### **Compromissos do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais Federais**

O Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais Federais (Pacto) foi lançado em setembro de 2024, como uma iniciativa estruturante que propõe o comprometimento com a construção de uma sociedade mais justa, impactando de forma positiva e significativa na vida das pessoas.

Com o envolvimento de mais de 30 empresas e 5 ministérios, suas ações vêm fortalecendo a troca de experiências e a construção de práticas efetivas de diversidade, equidade e inclusão, promovendo diferenciais competitivos por meio de um ambiente de trabalho mais justo e saudável. Ao longo do ano de 2025, participamos ativamente das 10 reuniões realizadas, bem como do evento de encerramento do ciclo 2024-2025.

A nossa participação no Pacto está alinhada aos nossos valores organizacionais: Cuidado com as Pessoas, Integridade, Sustentabilidade, Inovação e Comprometimento com a Petrobras e com o país. Adicionalmente, está conectada com os compromissos constantes da nossa Política de Diversidade, Equidade e Inclusão.

#### **Considerando os compromissos assumidos pela Petrobras no Pacto pela Diversidade, destacamos as medidas já adotadas:**

- » Para promover a gestão inclusiva em nosso ambiente de trabalho, desenvolvemos um painel que permite acompanharmos dados referentes ao perfil de diversidade da companhia. O painel de diversidade ganhou relevância estratégica, visto que suas informações contribuem para o acompanhamento das metas de diversidade que estão em nosso Plano de Negócios 2026-2030, para a gestão do efetivo, seleção de liderança, sucessão e benefícios. Além disso, implementamos uma diretriz sobre o uso e tratamento de dados de diversidade, garantindo que todas as informações sejam geridas de forma ética e segura de acordo com a LGPD.
- » Em 2023, publicamos a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Petrobras, documento que traz um conjunto de princípios e diretrizes, incluindo o combate de forma veemente e eficaz à discriminação e ao assédio, bem como a adoção de ações afirmativas para eliminar e remediar os efeitos da discriminação contra grupos sub-representados. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 22/09/2023.
- » A Comunicação em conjunto com a área de Diversidade, Equidade e Inclusão, realizam um conjunto de atividades em parceria para disseminação da temática de Diversidade, destinadas aos públicos interno e externo, conforme calendário previamente estabelecido. As ações buscam reforçar o compromisso institucional da Petrobras com a promoção da diversidade, da equidade e do respeito aos direitos humanos em todas as práticas empresariais. Ao longo de 2025, por exemplo, realizamos diversas ações de sensibilização para temáticas de direitos humanos com foco em diversidade, equidade e inclusão com a nossa força de trabalho. Entre as ações realizadas, destacamos: Dia da Visibilidade Trans; Mês das mulheres; Dia Mundial da Conscientização do Autismo; Mês do Orgulho LGBTQIAPN+; Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha; Dia Nacional da Visibilidade Lésbica; Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência; Mês da Consciência Negra; Campanha pelo uso das instalações da Petrobras (banheiros, camarotes, vestiários e afins) de acordo com a identidade de gênero; Campanha de incentivo à autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero para os empregados e empregadas e Campanhas de Estímulo à Autodeclaração de Cor/Raça.
- » Em relação a produção de conteúdos sobre temas relacionados à pauta de diversidade, equidade e inclusão, em 2024, lançamos o Ensino à Distância (EAD) Valores Petrobras, um treinamento para toda a força de trabalho, obrigatório para todos os(as) empregados(as). Ele proporciona uma compreensão aprofundada sobre os novos valores da companhia, destacando sua importância na cultura organizacional e seu impacto nas operações diárias, a fim de incentivar sua aplicação prática no ambiente de trabalho: cuidado com as pessoas, integridade, sustentabilidade, inovação e comprometimento com a Petrobras e com o país.

- » Também criamos a trilha “Incluindo Você na Diversidade”, um treinamento personalizado aberto para toda a força de trabalho (empregados(as) da Petrobras, prestadores(as) de serviços, estagiários(as) e subsidiárias com o objetivo de promover a reflexão crítica e a adoção de práticas que fortaleçam a diversidade na nossa cultura.
- » Desenvolvemos o Programa Homens Aliados que visa ampliar habilidades e competências sócio relacionais para a construção de uma realidade empresarial mais diversa, justa e equilibrada na Petrobras. O público-alvo é toda a força de trabalho, em especial os homens. O programa é composto por curso online desenvolvido pelo Instituto Papo de Homem e rodas de conversa entre homens para fomentar reflexões, compartilhamentos, debate e ações para o dia a dia.
- » E em 2025 lançamos o EAD Gestão Inclusiva e Abordagem às Pessoas Com Deficiência e/ou Neuro divergência que busca sensibilizar quanto à importância da gestão inclusiva, a partir do estudo de elementos conceituais e práticos sobre abordagem e acolhimento de pessoas com deficiência e/ou neuro divergência.
- » Cabe ressaltar que também possuímos uma pasta de diversidade no Workvivo que contém diversos conteúdos tais como o Caderno Legal da Diversidade, que é composto por diversas cartilhas, cada uma abordando um tema relevante sobre diversidade, equidade e inclusão, dando ênfase a uma abordagem jurídica sobre os direitos garantidos aos mais diversos grupos.
- » A Petrobras criou e divulga canais existentes para o registro de denúncias sobre qualquer tipo de discriminação ou assédio. São eles:
  - CANAL DE ACOLHIMENTO** - Canal para escuta e orientação a pessoas afetadas por qualquer tipo de violência no trabalho como, por exemplo, o assédio moral e a discriminação, além daquelas relacionadas à violência sexual. O canal conta com equipe multidisciplinar capacitada numa abordagem biopsicossocial e pode ser acionado não apenas pela vítima da violência, mas por qualquer membro da nossa força de trabalho que busque um espaço seguro para se fortalecer para enfrentamento dos desafios relacionados à situação de violência.
  - CANAL DE DENÚNCIA** - Canal para recebimento, tratamento e reporte, com independência, isenção e confidencialidade, das denúncias de assédio, discriminação e outras violências e irregularidades apresentadas por todos os públicos de interesse da companhia.
- » Divulgamos informações sobre os canais por diversos meios, incluindo site, intranet, campanhas internas, rede corporativa interna, cartazes, dentre outros.
- » Cabe ressaltar que foi criada uma estrutura gerencial dedicada na Ouvidoria-Geral para gerir o processo de tratamento e monitoramento de denúncias de relações de trabalho, abrangendo violências sexuais e no trabalho, assim como os incidentes de relações de trabalho.
- » Em relação a repositório de conteúdos, a Petrobras possui uma funcionalidade de gestão de treinamentos no sistema interno SIRH que possui diversos cursos e capacitações e permite que a força de trabalho acompanhe todo o ciclo de capacitação, desde a inscrição em cursos e eventos até o registro do histórico de participação. O sistema facilita a inscrição em treinamentos, o controle de presença e o acompanhamento do desempenho dos participantes, além de centralizar todas as informações em um só lugar. Os treinamentos citados anteriormente, relacionados ao tema Diversidade, Equidade e Inclusão, estão incluídos no SIRH.
- » Entendendo a importância dos grupos de afinidade, formalizamos os grupos de mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes, geracional e LGBTQIA+. Esses grupos conectam pessoas com características identitárias semelhantes ou vivências afins com o objetivo de se unirem, se identificarem e se fortalecerem, podendo fomentar a agenda corporativa de diversidade, equidade e inclusão.

- » Também possuímos uma Subcomissão de Diversidade, Equidade e Inclusão, subordinada a Comissão de Direitos Humanos, que contribui para o fortalecimento da cultura organizacional pautada na gestão corporativa da promoção da diversidade, equidade e inclusão, implementa ações previstas no Plano de Direitos Humanos e promove diálogos estimulando o compartilhamento de soluções e iniciativas relacionadas à DEI desenvolvidas pelas gerências. E acompanhamos mais de 50 grupos locais nas gerências gerais, gerências executivas e diretorias relacionados a diversidade, equidade e inclusão.
- » Coordenamos no Pacto pela Diversidade do grupo de trabalho que atuou na análise dos documentos públicos de governança adotados pelas empresas, com o objetivo de identificar quais as melhores alternativas para fortalecer a transparência das ações de diversidade, equidade e inclusão implementadas pelas empresas em relação ao Plano de Trabalho do Pacto. Como resultado dos estudos, foi proposto o aprimoramento da Carta Anual de Políticas Públicas, como instrumento de governança para a divulgação das ações do Pacto.
- » Em 2025, como parte do nosso Plano de Negócios 2026-2030, ampliamos os objetivos das nossas metas de diversidade para 26% mulheres e 26% de pessoas negras em posição de liderança até 2030. Além disso, promovemos a diversidade nas indicações da Petrobras para suas participações, com o compromisso de atingir até 2026, o mínimo de 30% de mulheres em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias e, até 2028, o mínimo de 20% de pessoas autodeclaradas negras em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias.
- » Ainda em 2025, o nosso Conselho de Administração aprovou que, a partir de 2026, a remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores) da Petrobras, em suas metas específicas, incluirá as metas de diversidade, como parte do conjunto de indicadores que influenciam o cálculo final. Isso significa que o desempenho da companhia nessas metas, entre elas o avanço na representatividade de mulheres e pessoas negras em posições de liderança, impacta efetivamente a remuneração variável da alta administração. Todas essas metas são aprovadas no Conselho de Administração da companhia.
- » Também coordenamos no Pacto pela Diversidade o grupo de trabalho que atuou na elaboração de uma proposta de normativo visando a estruturação de um programa de diversidade, equidade e inclusão nas empresas do Pacto, incluindo a realização de ações afirmativas em processos relevantes, e o fortalecimento da formalização do Pacto e de seu grupo executivo. Como parte dos resultados alcançados, destacam-se: (i) proposta de alteração do Decreto 11.785/23, que instituiu o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), com o objetivo de ampliar o seu alcance para as empresas estatais federais, garantindo que políticas afirmativas sejam implementadas também em entidades que concentram grande número de trabalhadores e trabalhadoras; (ii) proposta de implementação do Programa de Ações de Diversidade nas Empresas Estatais Federais – PRODIVERSE, com o objetivo de fortalecer as diretrizes para a estruturação da implementação e aprimoramento das ações de diversidade, equidade e inclusão nas empresas estatais federais, em alinhamento às melhores práticas; e (iii) proposta de diretrizes para o aprimoramento da governança do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais Federais, com o objetivo de estabelecer orientações, procedimentos e responsabilidades para a melhor condução da iniciativa, consolidando-a como uma ação estruturante, efetiva e permanente.
- » Atuamos na inclusão e capacitação de pessoas pertencentes a grupos sub-representados que não fazem parte da força de trabalho da companhia. Como exemplo, citamos o Curso Advocacia Empresarial para Todas e Todos, que foi desenvolvido no âmbito do Projeto Jurídico Pro Bono da Petrobras, representando a primeira ação afirmativa do Jurídico da Companhia, em reconhecimento à necessidade de promover a diversidade no departamento jurídico.
- » Para viabilizar essa iniciativa, foi firmado um convênio, em parceria com a área de Responsabilidade Social, com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. O Projeto consiste em um curso gratuito e exclusivo para advogados(as) negros(as), cujas aulas são ministradas por advogados(as) e outros(as) empregados(as) da Petrobras, de forma voluntária.

- » O objetivo principal do Projeto é oferecer uma formação especializada em advocacia corporativa, com vistas a promover e incentivar a participação de pessoas negras na carreira jurídica empresarial, ampliando a representatividade no setor. Após o resultado positivo da primeira edição, em 2024, foi realizada a segunda edição em 2025.
- » Outra importante iniciativa é o Programa Autonomia e Renda, que atua na qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou desempregadas para ampliar as oportunidades de empregabilidade no segmento de óleo e gás em localidades da área de abrangência das operações da Petrobras. O Programa prioriza a qualificação de grupos minorizados, como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência e refugiados.
- » Dentre os indicadores que acompanhamos que são relevantes para a temática de diversidade, equidade e inclusão, destacam-se:

**% DE PROCESSOS SELETIVOS INTERNOS COM AÇÕES AFIRMATIVAS** - Tivemos um aumento na quantidade de processos afirmativos de 67 para 95. Em 2025, apuramos 60% de processos com ações afirmativas dentre os 159 processos de recrutamento e seleção gerencial e de especialistas realizados na Companhia.

**ASCENSÃO PROFISSIONAL DE MENTORADAS DO PROGRAMA MENTORIA FEMININA** - O Programa de Mentoria Feminina Corporativa, iniciado em 2021, está atualmente em seu 4º ciclo (2025-2026), consolidado como uma das principais iniciativas estruturantes de desenvolvimento de liderança feminina na companhia. A média de ascensão nos três primeiros ciclos é de 50%.

**INDICADORES DA PESQUISA DE AMBIÊNCIA** - A Nova Pesquisa de Ambiência, aplicada entre junho e agosto de 2025, contou com cerca de 28,6 mil respondentes - 69% de participação. A pesquisa marcou o retorno de um amplo canal de escuta, trazendo informações que ajudarão em termos um ambiente de trabalho cada vez mais saudável, produtivo e inclusivo. Dois exemplos de resultados da pesquisa associados à pauta da diversidade, equidade e inclusão, ambos com 84% de favorabilidade são: "A Petrobras tem melhorado suas práticas de Diversidade, Equidade e Inclusão" e "A promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão é importante para o futuro da Petrobras".

- » Em 15 de dezembro de 2025, foi realizado o seminário "Democracia e Direitos Humanos: Empresas Juntas por um Brasil Mais Igualitário", uma parceria entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Instituto Ethos. O evento promoveu o debate sobre o papel das empresas públicas e privadas na promoção da diversidade e dos direitos humanos e no desenvolvimento inclusivo, contando com a participação de ministras de estado, presidentes de empresas, especialistas, representantes do setor privado e organizações sociais.
- » O segundo dia de encontro reuniu o Grupo Executivo do Pacto para um momento de análise das ações executadas e reflexão sobre o futuro da iniciativa, visando a consolidação dos avanços obtidos, o compartilhamento de aprendizados institucionais, a identificação de desafios prioritários e alinhamentos para os compromissos coletivos para o próximo ciclo do Pacto."

**Por fim, destacamos que, em atendimento ao disposto no art. 133, §6º, da [Lei nº 6.404/1976](#) e alterações introduzidas pela [Lei nº 15.177/2025](#), apresentamos no Relatório de Administração, divulgado em nosso [site de Investidores](#), os indicadores detalhados sobre a política de equidade de gênero e o desempenho comparativo anual, reforçando compromissos de governança, transparência e responsabilidade social.**



O BRASIL É A NOSSA ENERGIA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO